



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2011

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Endesa Brasil S/A submete a apreciação dos senhores o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2011.1) Perfil. Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Endesa Brasil S. A. é uma holding de companhias que atuam em distribuição, geração, prestação de serviços, conversão e transmissão de energia. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos, com fornecimento de energia a aproximadamente 15 milhões de pessoas, com 5,3 milhões de clientes, nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará. Na geração, são atendidas distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País. As atividades de conversão são destinadas à transmissão de energia entre Brasil e Argentina, sendo o governo daquele país o contratante. Por meio da Prátil, empresa constituída em 2009, oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas no Ceará e no Rio de Janeiro. A Endesa Brasil somava, em dezembro de 2011, 16.209 colaboradores, sendo 2.761 próprios e 13.448 parceiros. Com capacidade instalada de 984,6 MW, as usinas têm fonte hidráulica (658 MW) e térmica (326,6 MW) – a energia vendida no ano chegou a 6.828 GWh. A interconexão entre os sistemas energéticos do Brasil e da Argentina apresenta capacidade de 2.200 MW, tendo transmitido 2.245 GWh no ano. Na distribuição, o volume total de venda e transporte de energia foi de 18.873 GWh em 2011. Com receita líquida de R\$ 6,6

bilhões, registrou EBITDA de R\$ 2,2 bilhões e lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão. A Endesa Brasil é a subsidiária brasileira da Endesa, maior empresa de energia da Espanha e o principal grupo privado de energia da América Latina e da Península Ibérica. Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a Endesa Brasil possui o controle majoritário em duas distribuidoras de energia (Ampla Energia e Coice), em duas empresas de geração (CDSA e CGTF), em uma empresa de transmissão (CIEN) e em uma empresa de prestação de serviços para o setor de energia (Prátil). Além destes ativos, a Endesa Brasil possui participação minoritária em duas sociedades com propósito específico (SPes) para construção de usinas eólicas no nordeste do Brasil, em conjunto com a Enel Green Power. 2. Principais Indicadores Indicadores Gerais (consolidado)

	2011	2010
Ativo total – R\$ mil	11.793.855	11.696.775
Patrimônio líquido – R\$ mil	5.937.554	5.747.602
Dívida bruta – R\$ mil	2.862.019	2.653.974
Dívida líquida – R\$ mil	1.860.027	1.550.915
Número de colaboradores	16.209	17.243
Próprios	2.761	2.731
Parceiros	13.448	14.512

Indicadores da Geração e Transmissão

Energia vendida na geração - Gwh	6.828	6.790
Energia transmitida – Gwh	2.245	1.270

Indicadores da Distribuição

Energia fornecida (venda e transporte) – Gwh	18.873	18.641
Número de consumidores	5.867.888	5.665.195

3. Desempenho Econômico

Resultado Consolidado (Valores expressos em milhares de Reais)	2011	2010	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	9.325.467	9.481.763	-1,6%
Deduções à Receita Operacional	(2.746.195)	(2.779.223)	-1,2%
Receita Operacional Líquida	6.579.272	6.702.540	-1,8%
Custos do Serv. e Desp. Operacionais	(4.824.464)	(5.048.879)	-4,4%
EBITDA(2)	2.237.167	2.227.035	0,5%
Margem EBITDA	34,00%	33,23%	0,8 p.p
EBIT(3)	1.754.808	1.653.661	6,1%
Margem EBIT	26,67%	24,67%	2,0 p.p
Resultado Financeiro	(142.513)	(253.717)	-43,8%
I.R., Contribuição Social e Outros	(408.774)	(314.510)	30,0%
Lucro Líquido	1.203.521	1.085.433	10,9%
Margem Líquida	18,29%	16,19%	2,1 p.p

(1) Variação entre 2011 e 2010; (2) EBITDA: Resultado antes de resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciações e Amortizações; (3) EBIT: Resultado antes de resultado financeiro e impostos sobre o lucro. 4. Agradecimentos. A Endesa Brasil S.A. expressa seus agradecimentos aos acionistas, aos membros do Conselho de Administração, aos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor e, em especial, aos seus colaboradores próprios e de empresas parceiras pelo empenho e dedicação, fundamentais ao cumprimento de seus objetivos. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	102.775	275.213	723.772	508.163
Aplicações financeiras	5	17.580	356.258	278.220	594.895
Consumidores, concessionários e permissionários	6	–	–	1.318.087	1.392.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	–	–	(194.586)	(270.161)
Consumidores de baixa renda	7	–	–	48.708	54.242
Tributos a compensar	8	9.045	11.614	218.191	163.031
Benefício fiscal - ágio incorporado	13	–	–	10.500	–
Dividendos a receber	15	47.599	62.024	–	–
Cauções e depósitos	9	–	–	53.746	40.666
Energia livre	10	–	–	3.832	3.181
Partes relacionadas	25	–	–	–	9
Créditos Luz para Todos.	–	–	–	–	13.837
Outros créditos	14	5.565	6.393	163.020	201.948
Total do ativo circulante	–	182.564	711.502	2.623.490	2.701.909
NÃO CIRCULANTE					
Consumidores, concessionários e permissionários	6	–	–	357.095	315.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	–	–	(252.598)	(186.859)
Tributos a compensar	8	21.221	22.898	180.998	202.973
Depósitos vinculados a litígios	11	–	–	293.157	278.853
Cauções e depósitos	9	–	–	93.193	83.843
Tributos diferidos	12	–	–	686.151	667.757
Benefício fiscal - ágio incorporado	13	–	–	83.059	105.032
Partes relacionadas	25	367.244	283.447	111.509	89.558
Ativo indenizável (concessão)	16	–	–	765.516	527.794
Outros créditos	14	1.573	–	4.106	19.622
Investimentos	15	3.821.718	3.594.866	100	–
Imobilizado	17	5.517	6.323	2.139.485	2.241.281
Intangível	18	–	–	4.708.594	4.649.232
Total do ativo não circulante	–	4.217.273	3.907.534	9.170.365	8.994.866
TOTAL DO ATIVO	–	4.399.837	4.619.036	11.793.855	11.696.775
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 31/12/2011 E DE 2010					
(Valores expressos em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	–	871.135	747.481	1.203.521	1.085.433
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–
Resultado de participações societárias	–	–	–	–	–
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	(96.844)	–	(73.655)	(205.740)	(156.857)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão de controlada	32.927	–	25.043	69.952	53.331
Ajuste acumulado de conversão	118	–	(259)	118	(259)
Perda em instrumento financeiro derivativo	(1.436)	–	–	(1.436)	–
Resultado abrangente do exercício	805.900	–	698.610	1.066.415	981.648
Atribuído aos acionistas controladores	–	–	–	805.900	698.610
Atribuído aos acionistas não controladores	–	–	–	260.515	283.038
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 31/12/2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA	33	–	–	6.579.272	6.702.540
Custo do serviço	34	–	–	(4.357.864)	(4.531.208)
Lucro bruto	–	–	–	2.221.408	2.171.332
Despesas operacionais	–	–	–	–	–
Despesas com vendas	34	–	–	(54.096)	(196.206)
Despesas gerais e administrativas	34	(26.824)	(27.203)	(369.471)	(250.312)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação	34	–	–	(29.518)	(32.253)
Resultado de equivalência patrimonial	15	833.775	714.746	–	–
Outras receitas/(despesas) operacionais	34	447	–	(13.515)	(38.900)
Total despesas operacionais	–	807.398	687.543	(466.600)	(517.671)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	–	807.398	687.543	1.754.808	1.653.661
RESULTADO FINANCEIRO					
Receita financeira	35	88.229	78.679	451.739	301.625
Despesa financeira	35	(2.692)	(3.502)	(575.348)	(545.460)
Variações cambiais líquidas	35	–	–	(18.904)	(9.882)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	–	892.935	762.720	1.612.295	1.399.944
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Nota	Res. capital		Reservas de Lucros	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	–	916.879	(111.025)	–	2.504.370
Reversão de dividendos prescritos em controladas	–	–	–	–	56.226
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	–	–	–	–	–
Aprovação de dividendos propostos	29	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	30	–	–	–	–
Transferência para lucros acumulados	–	–	–	–	–
Proposta da administração para destinação do lucro líquido	–	–	–	–	–
Reserva legal	29	–	–	–	42.021
Dividendos intercalares	29	–	–	–	–
Dividendos mínimos	29	–	–	–	–
Reserva para reforço de capital de giro	29	–	–	–	598.797
Ajuste acumulado de conversão	29	–	–	–	–
Perda em instrumento financeiro derivativo	–	–	–	–	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	–	916.879	–	(111.025)	2.504.370

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	12.427	13.859	614.591	638.868
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	637.997	638.057
Debêntures	21	–	–	388.529	302.110
Folha de pagamento	–	3.853	1.827	54.068	56.990
Tributos a pagar	23	4.138	5.808	349.898	248.623
Taxas regulamentares	24	–	–	71.745	61.437
Dividendos a pagar	–	36.347	169.072	93.557	229.906
Contribuição de iluminação pública arrecadada	–	–	–	27.193	15.638
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 31	–	–	11.418	10.752
Parcelamento especial	–	–	–	31.949	62.586
Partes relacionadas	25	2.238	1.175	7.659	107.234
Programas de pesquisa, desenv. e de eficiência energética	26	–	–	79.705	135.625
Provisão Luz para Todos	–	–	–	12.452	12.452
Energia livre	10	–	–	25.205	5.671
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	–	–	17.060	140.793
Obrigações com o IFC - capital	29	–	184.065	–	184.065
Outras obrigações	28	–	–	41.701	44.530
Total do passivo circulante	–	59.003	375.806	2.464.727	2.895.337
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	19	–	–	4.771	4.304
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	862.272	1.107.715
Debêntures	21	–	–	973.221	606.091
Tributos a pagar	23	–	–	32.825	6.182
Tributos diferidos	12	–	–	169.238	154.001
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 31	–	–	553.176	392.097
Partes relacionadas	25	424	424	113.589	126.500
Programas de pesquisa, desenv. e de eficiência energética	26	–	–	13.749	12.287
Parcelamento especial	–	–	–	37.080	75.090
Energia livre	10	–	–	3.892	15.877
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	–	–	619.017	522.329
Outras obrigações	28	–	–	8.744	31.363
Total do passivo não circulante	–	424	424	3.391.574	3.053.836
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29	–	–	–	–
Atribuível aos acionistas da empresa controladora	–	–	–	–	–
Capital social	–	916.879	916.879	916.879	916.879
Ações resgatáveis no futuro	–	–	(111.025)	–	(111.025)
Ações em tesouraria	–	(111.025)	–	(111.025)	–
Reserva de capital	–	2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370
Reserva de lucros	–	732.636	91.818	732.636	91.818
Outros resultados abrangentes	–	(1.228)	90	(1.228)	90
Ajustes de avaliação patrimonial	–	298.778	333.491	298.778	333.491
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	–	–	507.183	–	507.183
Total do patrimônio líquido	–	4.340.410	4.242.806	4.340.410	4.242.806
ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
Participações do Grupo Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.	–	–	–	837.701	799.330
Atribuível aos acionistas não controladores	–	–	–	759.443	705.466
Total do patrimônio líquido	–	–	–	1.597.144	1.504.796
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	–	4.340.410	4.242.806	5.937.554	5.747.602
	–	4.399.837	4.619.036	11.793.855	11.696.775

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores	19	12.427	13.859	614.591	638.868
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	637.997	638.057
Debêntures	21	–	–	388.529	302.110
Folha de pagamento	–	3.853	1.827	54.068	56.990
Tributos a pagar	23	4.138	5.808	349.898	248.623
Taxas regulamentares	24	–	–	71.745	61.437
Dividendos a pagar	–	36.347	169.072	93.557	229.906
Contribuição de iluminação pública arrecadada	–	–	–	27.193	15.638
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 31	–	–	11.418	10.752
Parcelamento especial	–	–	–	31.949	62.586
Partes relacionadas	25	2.238	1.175	7.659	107.234
Programas de pesquisa, desenv. e de eficiência energética	26	–	–	79.705	135.625
Provisão Luz para Todos	–	–	–	12.452	12.452
Energia livre	10	–	–	25.205	5.671
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	–	–	17.060	140.793
Obrigações com o IFC - capital	29	–	184.065	–	184.065
Outras obrigações	28	–	–	41.701	44.530
Total do passivo circulante	–	59.003	375.806	2.464.727	2.895.337
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	19	–	–	4.771	4.304
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	862.272	1.107.715
Debêntures	21	–	–	973.221	606.091
Tributos a pagar	23	–	–	32.825	6.182
Tributos diferidos	12	–	–	169.238	154.001
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 31	–	–	553.176	392.097
Partes relacionadas	25	424	424	113.589	126.500
Programas de pesquisa, desenv. e de eficiência energética	26	–	–	13.749	12.287
Parcelamento especial	–	–	–	37.800	75.090
Energia livre	10	–	–	3.892	15.877
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	–	–	619.017	522.329
Outras obrigações	28	–	–	8.744	31.363
Total do passivo não circulante	–	424	424	3.391.574	3.053.836
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29	–	–	–	–
Atribuível aos acionistas da empresa controladora	–	–	–	–	–
Capital social	–	916.879	916.879	916.879	916.879
Ações resgatáveis no futuro	–	–	(111.025)	–	(111.025)
Ações em tesouraria	–	(111.025)	–	(111.025)	–
Reserva de capital	–	2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370
Reserva de lucros	–	732.636	91.818	732.636	91.818
Outros resultados abrangentes	–	(1.228)	90	(1.228)	90
Ajustes de avaliação patrimonial	–	298.778	333.491	298.778	333.491
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	–	–	507.183	–	507.183
	–	4.340.410	4.242.806	4.340.410	4.242.806
ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
Participações do Grupo Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.	–	–	–	837.701	799.330
Atribuível aos acionistas não controladores	–	–	–	759.443	705.466
	–	–	–	1.597.144	1.504.796
Total do patrimônio líquido	–	4.340.410	4.242.806	5.937.554	5.747.602
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	–	4.399.837	4.619.036	11.793.855	11.696.775

(Despesas) receitas operacionais																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010				
(Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	871.135	747.481	1.203.521	1.085.433
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com os recursos				
provenientes de atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - clientes	-	-	52.980	164.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	-	-	-	(115)
Amortização e depreciação	1.165	1.057	450.286	541.121
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	29.518	32.253
Equivalência patrimonial	(833.775)	(714.746)	-	-
Variações monetárias e juros líquidos	-	3.502	344.400	389.321
Valor residual de intangível e indenizável baixado	-	-	13.457	11.930
Receita ativo indenizável	-	-	(15.118)	(31.634)
Tributos e contribuições social diferidos	-	-	59.226	22.072
Provisões (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(12.855)	51.458
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	11.474	12.537
Provisão (Reversão) Luz para Todos	-	-	-	(5.685)
Resultado atuarial	-	-	13.564	3.309
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	24.194	-
Provisão para perdas em estoques	-	-	485	-
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	(4.243)	-
Outras receitas	-	-	2.796	-
	38.525	37.294	2.173.685	2.276.796
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	(25.979)	(116.325)
Consumidores de baixa renda	-	-	13.457	-
Serviços em curso	-	-	(12.454)	(9.369)
Partes relacionadas	-	-	(825)	1.598
Tributos a compensar	4.246	1.494	(33.185)	37.507
Estoques	-	-	(351)	825
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(2.841)	-
Dividendos recebidos	555.684	693.070	-	-
Créditos luz para todos	-	-	13.837	74.508
Cauções e depósitos	-	-	(22.430)	-
Depósitos vinculados a litígios	-	-	(11.721)	-
Outros	(745)	(5.006)	104.157	(6.143)
	559.185	689.558	21.665	(17.399)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.432)	677	(30.404)	(46.976)
Folha de pagamento	2.026	338	(1.477)	6.483
Tributos a pagar	(1.670)	2.867	81.698	80.974
Taxas regulamentares	-	-	10.308	25.360
Partes relacionadas	1.063	288	(37.508)	(49.023)
Obrigações com benefícios pós emprego	-	-	(38.542)	(34.664)
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	(93.813)	24.798
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(120.795)	(129.537)
Outros	-	-	(23.976)	(90.637)
Pagamentos de juros de debêntures	-	-	(101.657)	(95.340)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e mútuos	-	-	(169.440)	(213.994)
	(13)	4.170	(525.606)	(522.556)
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais	597.697	731.022	1.669.744	1.736.841
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Empréstimos de mútuos concedidos (liquidadados)	(83.797)	169.273	(83.797)	-
Investimentos	(1.090)	-	(100)	-
Aplicações no intangível	-	-	(171.905)	(627.748)
Aplicações no imobilizado	(359)	(635)	(514.866)	(47.185)
Integralização de capital	-	-	-	-
(Aplicações) resgate de aplicações financeiras	338.678	(352.907)	251.631	(207.533)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	253.432	(184.269)	(519.037)	(882.466)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Emissão de debêntures	-	-	700.000	-
Pagamento de debêntures	-	-	(275.500)	(135.927)
Pagamento de parcelas de tributos	-	-	(23.498)	(30.328)
Recebimento de mútuos	-	-	290.560	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	427.421	75.793
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(6.290)	(688.706)	(447.463)
Pagamento de mútuos	-	-	(191.984)	-
Pagamento de juros - mútuos	-	-	(43.126)	-
Pagamento contrato de dívida Faelce	-	-	(13.841)	(10.636)
Pagamento de dividendos	(839.502)	(439.307)	(918.607)	(609.533)
Parcelamento especial	-	-	(13.752)	-
Pagamentos IFC	(184.065)	-	(184.065)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(1.023.567)	(445.597)	(935.098)	(1.158.094)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(172.438)	101.156	215.609	(303.719)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	275.213	174.057	508.163	811.882
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	102.775	275.213	723.772	508.163
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(172.438)	101.156	215.609	(303.719)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em Milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais. Contexto operacional: A Endesa Brasil S.A. ("Endesa Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins. A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Endesa Brasil ("Grupo Endesa"): a) Distribuição de energia elétrica. Ampla Energia e Serviços S.A. A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla Energia"), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A controlada tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para abril de 2026. A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% na Ampla Energia. Companhia Energética do Ceará - COELCE: A Companhia Energética do Ceará ("COELCE"), com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, controlada pela Investluz S.A. (ambas as empresas do Grupo Endesa), concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A controlada tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028. A Endesa Brasil possui, entre participações diretas e indiretas, 47,92% do capital da COELCE. b) Geração de energia elétrica. Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.: A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("CDSA"), com sede na Rodovia GO 206, KM0 - Cachoeira Dourada - Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como principais objetivos a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A controlada foi constituída mediante cisão da Companhia Energética de Goiás - CELG, da qual foram transferidos os bens patrimoniais do sistema de geração da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada para a nova Companhia. Essa cisão foi efetuada com base no balanço levantado em 31 de outubro de 1996 e aprovado pelos acionistas da CELG na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 1996. Em 5 de setembro de 1997, foi realizado Leilão Público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo Poder Concedente através

do Contrato de Concessão nº011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da controlada é constituído basicamente do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no Município de Cachoeira Dourada - Goiás, com capacidade instalada de 658 MW, subdivididos em 10 unidades geradoras. Na mesma data de 12 de setembro de 1997, a controlada firmou com a CELG contrato de suprimento, no qual estabelecia que nos cinco primeiros anos toda a energia assegurada da controlada seria suprida à CELG, e nos anos seguintes, esta quantidade seria reduzida até a extinção do contrato. Em 31 de dezembro de 2008, este contrato de fornecimento de energia para a CELG foi extinto e atualmente a controlada vende sua energia através dos Leilões e na CCEE (Câmara de Compensação de Energia Elétrica). A Endesa Brasil detém participação direta de 99,61% na CDSA. Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.: A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. ("CGTF"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação da central termelétrica Fortaleza, localizada no Município de Caucaia, Estado do Ceará, através da Resolução ANEEL nº 433, de 19/10/2001. Desde sua constituição, foram efetuados investimentos para a construção de uma Usina Termelétrica, cuja capacidade instalada é de 346.630 kW, através de geração de ciclo combinado de duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, capacidade regularizada pelo Despacho ANEEL 73/2002. O investimento total foi da ordem de US\$235 milhões, provenientes de recursos próprios e de empréstimos de terceiros. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003. Conforme definido no seu estatuto social, a controlada tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades. A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétrica - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a controlada contratado em 31 de agosto de 2001 contrato de venda de 2.690 GWh/ano (equivalente à 307 MW médios), para a COELCE, pertencente ao mesmo grupo econômico da controlada, por 20 anos, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado. Em 16 de setembro de 2002, foi firmado entre a controlada e a Companhia do Gás do Ceará ("CEGÁS"), com interveniência da Petrobras, o contrato de compra e venda de gás natural pelo prazo de 20 anos. O referido contrato assegura que a totalidade do gás consumido pela usina deverá ser comprado junto a CEGÁS da mesma forma, estipula que em caso de falha no fornecimento a mesma deverá reembolsar os custos incorridos pela controlada, para honrar seu contrato de venda. A CGTF é controlada integral da Endesa Brasil. Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda.: A Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Fazenda Nova") é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Felipe Camarão, 507, sala 201, Cidade Alta - Natal/RN, que tem como objetivo a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e atividades correlatas. Em 30 de setembro de 2009, a Companhia concluiu a aquisição de 99,95% do capital acionário da controlada Fazenda Nova pelo montante de R\$3.942. A controlada está em fase pré-operacional e foi constituída para participar de leilões de energia eólica. c) Transmissão de energia elétrica. CIEN Companhia de Interconexão Energética: A CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("CIEN"), com sede na Praça Leoni Ramos, 1 - Parte - São Domingos - Niterói - RJ, é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a CIEN promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades. A controlada foi considerada vencedora da concorrência internacional número 203.78006.0 referente à Interligação Brasil-Argentina - compra de potência firme com energia associada importada da Argentina, instituída pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, através de suas subsidiárias Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul, atual Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"), e Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Em virtude disso, a Companhia foi autorizada a construir um sistema de interconexão de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina, composto de um sistema HVDC back to back de conversão de frequência, com capacidade de 1.100 MW, e linha de transmissão de energia elétrica entre a subestação de Rincón de Santa Maria (Argentina) e Itá (Brasil), perfazendo aproximadamente 500 km de extensão, e importar 1.000 MW de energia elétrica procedente da Argentina por um período de 20 anos. A controlada detém sistema de transmissão de interconexão internacional através de suas controladas integrais: Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA, as quais têm como atividade fim a prestação em forma exclusiva do Serviço Público de Transporte de Energia Elétrica de Interconexão Internacional. O referido sistema tem início em Rincón Santa Maria, Província de Corrientes, e se estende por 125 quilômetros até Garabí no Estado do Rio Grande do Sul, fixado no limite internacional do Rio Uruguai no Cruzamento Colônia Garabí, Província de Corrientes e Garabí, Brasil, lugar onde entrega a energia elétrica a uma empresa brasileira, transmissora também, que continua com o transporte do produto ao longo de 375 quilômetros mais adiante até à cidade de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, no Brasil. Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabí I e Garabí II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP pela ANEEL. A equiparação comercial e técnica da controlada a transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 09 anos para Garabí I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabí II, com término da vigência em 31 de julho de 2022. Por meio da Resolução Homologatória nº 1.173 de 28 de junho de 2011, a ANEEL homologou RAP no montante de R\$265.054, para o período 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012. O período de revisão da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a CIEN será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. d) Holdings, Ampia Investimentos e Serviços S.A.: A Ampia Investimentos e Serviços S.A. ("Ampia Investimentos") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 29 de dezembro de 2005, e tem como objeto social participar do capital da Investluz S.A. e em outras sociedades, no Brasil e no exterior, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% da Ampia Investimentos. A Ampia Investimentos atua como empresa holding, possuindo basicamente a participação societária de 36,43% no capital da Investluz S.A., que por sua vez, possui 56,59% do capital da COELCE. Investluz S.A.: A Investluz S.A. ("Investluz") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 5 de março de 1999, que tem como objeto social participar do capital da COELCE e em outras sociedades, no Brasil e no exterior. Atualmente, a Investluz detém participação de 56,59% no capital da COELCE. A Endesa Brasil possui participação direta de 63,57% na Investluz. e) Prestação de Serviços, En-Brasil Comércio e Serviços S.A.: A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Práti") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral. A Endesa Brasil possui participação direta de 99,99% na Práti. A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião de diretoria realizada em 23 de março de 2012. 2. Principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 27 de junho de 2011, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC. 2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Endesa Brasil, suas controladas e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controlada	Percentual de participação (%)		
	Direta	Indireta	
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	100,00	100,00	-
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA	99,61	99,61	-
Ampla Energia e Serviços S.A. - Ampla Energia	46,89	46,89	-
Companhia de Interconexão Energética - CIEN	100,00	100,00	-
Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. - CTM (**)	99,99	-	99,99
Transportadora de Energia S.A. - Tesa (**)	100,00	-	100,00
Investluz S.A.	80,67	63,57	17,10
Companhia Energética do Ceará S.A. - COELCE	47,92	2,27	45,65
Ampia Investimentos e Serviços S.A.	46,89	46,89	-
EN-Brasil Comércio e Serviço S.A. - Práti	99,99	99,99	-
Eólica Fazenda Nova S.A. - Fazenda Nova	99,95	99,95	-
Itaú - Trento (*)	100,00	18,91	81,09
Bradesco - Compostela (*)	100,00	1,25	98,75

(*) Fundo de investimento em fundo exclusivo (**) Investidas no exterior

Continuação



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.3. Base de elaboração.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. **2.4. Informações por segmento.** O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22") correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* ("IFRS 8"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("*chief operating decision maker*"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances, vide Nota 39. **2.5. Conversão de moeda estrangeira.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento. As demonstrações contábeis das controladas indiretas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 - ARS 1,00 - R\$0,4358, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2010 - ARS 1,00 - R\$0,4191), e as contas de resultado, pela taxa média mensal. Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado. **2.6. Reconhecimento de receita.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **2.6.1. Receita de distribuição.** Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas COELCE e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa. **2.6.2. Receita de transmissão.** A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, emitido anualmente e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão. **2.6.3. Receita não faturada.** Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. **2.6.4. Receita de construção.** A Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia e suas controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **2.6.5. Receita de juros.** A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.** **2.7.1. Ativo financeiro. Reconhecimento inicial e mensuração.** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros do Grupo Endesa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável), caucões e outros. **Mensuração subsequente.** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento.** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. **Empréstimos e recebíveis.** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Ativos financeiros disponíveis para venda.** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) Empréstimos e recebíveis; (b) Investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. **2.7.1.1. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.7.1.2. Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias.** Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturadas e não faturadas, esta última por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. **2.7.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa.** É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos. **2.7.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros.** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que pos-

sa ser razoavelmente estimado. **2.7.3. Passivos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração.** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente.** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Mantidos para negociação.** Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos, financiamentos e debêntures.** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros.** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **2.7.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida.** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7.5. Valor justo de instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação. **2.8. Ativo indenizável (concessão).** As controladas Ampla Energia e COELCE registraram um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final das suas respectivas concessões, conforme previsto em contrato a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro se encontra classificado como "empréstimos e recebíveis" e registrado pelo valor presente do direito, sendo calculado com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, os quais serão reversíveis no final da concessão. Este ativo é mantido ao custo amortizado e é remunerado, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05. Devido à natureza deste ativo financeiro, as controladas Ampla Energia e COELCE entendem que esta metodologia é a que melhor reflete o valor dos ativos na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Como resultado de uma análise mais ampla realizada no exercício de 2011, com base nas orientações constantes na Deliberação CVM nº 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovou o OCPC 05, a Administração da Companhia entendeu que o referido ativo financeiro seria melhor classificado como "recebível" e, sendo assim, decidiu por proceder a mudança em sua classificação original como "disponível para venda". Tal mudança não produziu impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto. **2.9. Investimentos.** Os investimentos em controladas são registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial reconhecida no resultado como receita ou despesa operacional, utilizando as demonstrações financeiras das controladas elaboradas na mesma data, com base em práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis da Companhia. **2.10. Imobilizado.** Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens. **2.11. Ativo intangível.** Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante com parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a Interpretação Técnica ICPC 04" e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão ("OCPC 05"). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O benefício fiscal oriundo do ágio registrado no balanço patrimonial da controlada Investuz tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A amortização do saldo está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027. O ativo intangível adquirido separadamente é reconhecido pelo custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas por redução no valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear ao longo da vida útil estimada do intangível. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente. **2.12. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros.** A Administração do Grupo Endesa revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.13. Provisões. Geral.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.14. Impostos.** 2.14.1. Impostos de renda e contribuição social - corrente. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia e suas controladas adotam o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009 da base de cálculos desses tributos. As controladas COELCE e CGTF gozam de incentivos fiscais com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2013 para CGTF. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal", no grupo de Reserva de lucros. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. 2.14.2. Impostos diferidos. Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultado preparados pela Administração. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **2.15. Taxas regulamentares.** 2.15.1. Reserva Global de Reversão (RGR). Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o imobilizado



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

(conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL. 2.15.2. Conta Consumo de Combustível (CCC): Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naquelas locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. 2.15.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. 2.15.4. Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. 2.15.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE) Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. 2.15.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração. 2.15.7. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida. 2.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos). 2.17. Participação nos resultados: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. 2.18. Distribuição de dividendos: A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos, após a destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido. 2.19. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego: O Grupo Endesa patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios das controladas. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados ("CPC 33"), o método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 31. 2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). 2.21. Novos pronunciamentos contábeis: 2.21.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011. Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro ("CPC 00"), aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia. CPC 15(R1) - Combinação de Negócios ("CPC 15"), aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia. CPC 19(R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) ("CPC 19"), aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia. CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos ("CPC 20"), aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia. CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis ("CPC 26"), aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise nas Notas 29f e 29g. 2.21.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB. O *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu as seguintes principais normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36). IFRS 11 - Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado. IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18). Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para crédito de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Imposto de renda e contribuição social - correntes: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto de

renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Obrigações com benefícios pós-emprego: O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 31.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e contas correntes bancárias	280	266	29.083	75.457
Aplicações financeiras	102.495	274.947	694.689	432.706
Total	102.775	275.213	723.772	508.163

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Segue abaixo a composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos	65.267	230.258	536.015	339.664
Total fundos exclusivos	65.267	230.258	536.015	339.664
Outras aplicações financeiras				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	37.217	44.689	144.457	82.138
Fundo de investimento	11	-	14.217	10.904
Total de outras aplicações financeiras	37.228	44.689	158.674	93.042
Total	102.495	274.947	694.689	432.706

As aplicações financeiras estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos				
Títulos públicos	8.949	221.359	158.313	387.162
Operações compromissadas	8.266	107.304	111.078	149.954
Outros	365	27.595	6.596	56.779
	17.580	356.258	275.987	593.895
Bônus da República Argentina	-	-	2.233	1.000
Total	17.580	356.258	278.220	594.895

A composição total da carteira de fundos exclusivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	5.162	28.606	84.162	59.766
Cotas de fundos	60.105	201.652	451.853	279.898
Total classificado como caixa e equivalentes de caixa	65.267	230.258	536.015	339.664
Títulos públicos	8.949	221.359	158.313	387.162
Operações compromissadas	8.266	107.304	111.078	149.954
Outros	365	27.595	6.596	56.779
Total classificado como aplicação financeira	17.580	356.258	275.987	593.895
Total de aplicações financeiras	82.847	586.516	812.002	933.559

Fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador. Fundos exclusivos referem-se a fundos onde os cotistas são empresas do Grupo Endesa Brasil, os quais possuem em seus portfólios títulos públicos, CDBs, operações compromissadas e outras aplicações financeiras.

6. Consumidores, concessionários e permissionários

	Consolidado			
	Vencidos		Total	
	Vincendos até 90 dias	90 dias	31/12/2011	31/12/2010
I) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante				
Classe de consumidores:				
Residencial	156.568	118.146	63.668	338.382
Industrial	49.254	10.615	14.695	74.564
Comercial	59.012	30.217	42.185	131.414
Rural	26.050	8.580	12.912	47.542
Poder público	45.439	23.255	97.909	166.603
Serviço público	9.928	6.406	893	17.227
Revenda	4.339	-	-	4.339
Subtotal	350.590	197.219	232.262	780.071
Receita não faturada (e)	249.383	-	-	249.383
Consumidores livres	33.994	3.842	-	37.836
CAMMESA	-	-	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (b)	34.711	-	7.549	42.260
Parcelamento de débitos (d)	21.594	-	-	21.594
Leilão Energia -CCEAR	11.692	1.707	-	13.399
Encargo emergencial	-	-	2.475	2.477
Companhia Energética do Estado de Goiás (CELG) (a)	65.000	-	-	65.000
Créditos junto a clientes com ações judiciais (c)	27.343	1.736	32.136	61.215
Furnas Centrais Elétricas S.A. (f)	-	2.483	-	2.483
Tractebel Energia S.A. (f)	-	1.518	-	1.518
CHESF	-	2.592	-	2.592
ELETROPAULO	-	2.265	-	2.265
ELETRONORTE	-	1.930	-	1.930
CEMIG	-	2.219	6	2.225
COPEL	-	1.551	303	1.854
LIGHT	-	1.218	-	1.218
Outros créditos	8.660	18.331	1.778	28.769
Total ativo circulante	802.967	238.611	276.509	1.318.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(194.586)
	802.967	238.611	276.509	1.123.501

II) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante

	Consolidado			
	Vencidos há mais de 90 dias		Total	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (b)	-	-	15.289	15.289
Furnas Centrais Elétricas S.A. (f)	-	-	126.955	127.926
Tractebel Energia S.A. (f)	-	-	69.429	74.415
Parcelamento de débitos (d)	85.047	-	-	85.047
Companhia Energética do Estado de Goiás (CELG) (a)	60.375	-	-	60.375
Outros	-	-	-	9.467
Total ativo não circulante	145.422	-	211.673	357.095
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(252.598)
	145.422	-	211.673	104.497

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(349.001)	
(Adições)	(164.796)	
Variação cambial	(9.176)	
Baixas	65.953	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(457.020)	
(Adições)	(162.125)	
Variação cambial	24.165	
Baixas	147.796	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(447.184)	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória e por análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. a) Cia Energética de Goiás - CELG; Em 31 de dezembro de



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

de 2010 a controlada CDSA possuía um ativo total atualizado a receber de R\$231.220 com a Companhia Energética de Goiás ("CELG") oriundo das vendas de energia elétrica para esta empresa realizadas até 2008, que estava registrado contabilmente pelo valor líquido R\$136.485 (sendo R\$147.658 deduzidos de R\$11.173 da provisão para crédito de liquidação duvidosa), representando aproximadamente 60% do crédito total. A CELG tem como seu principal controlador o Estado de Goiás, e através dele vem procurando construir uma operação de saneamento da empresa, a qual contempla financiamentos com recursos federais para o pagamento de suas dívidas. Em 29 de dezembro de 2011, a controlada CDSA recebeu o montante de R\$140.000 como primeira parte do pagamento do ativo a receber da ("CELG") oriundo das vendas de energia para esta empresa realizadas até o ano de 2008, restando um saldo a receber em 31 de dezembro de 2011 de R\$125.375, com previsão de pagamento da segunda parcela de R\$65.000 até março de 2012, e o saldo final em janeiro de 2013. A controlada CDSA, com base na proposta de quitação integral da dívida, e no pagamento de parte substancial da dívida quando da liquidação da primeira parcela, contabilizou o diferencial de R\$117.655 como atualização financeira em 31 de dezembro de 2011, revertendo o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$11.173. Durante o 1º semestre de 2012, a controlada concluirá junto à CELG a elaboração do documento de repactuação de dívida, detalhando as bases para quitação das parcelas restantes. O saldo remanescente da provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$2.184 foi revertido no decorrer do exercício de 2011 mediante a liquidação das faturas pelos respectivos clientes. b) Comercialização no âmbito da CCEE: O montante de R\$12.917, registrado no não circulante da controlada COELCE, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE. O montante de R\$2.372, registrado no não circulante da controlada COELCE, referente à venda de energia efetuadas na liquidação financeira especial AES SUL (R\$2.031) e DFESA (R\$341) no âmbito da CCEE ainda encontram-se pendente de recebimento. A Administração da Controlada COELCE não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE. O saldo de contas a receber, registrado no ativo circulante, é referente, basicamente, à venda de energia efetuada na liquidação financeira no âmbito da CCEE realizado em condições consideradas pelas controladas do Grupo Endesa como sendo as de mercado na época da negociação. As controladas necessitam comprar contratos de energia para atender a seus compromissos contratuais, e quando está gerando energia, pode existir um superávit que é vendido no mercado spot. Em 31 de dezembro de 2011as controladas Ampla Energia, CGTF e CDSA possuem registrados no contas a receber, respectivamente, os montantes de R\$7.549, R\$27.967 e R\$6.744. c) Créditos junto a clientes com ações judiciais: O montante de R\$61.215 em 31 de dezembro de 2011 (R\$66.538 em 2010) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$21.762 (R\$24.103 em 2010) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado. Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A controlada COELCE mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$47.416 em 31 de dezembro de 2011 (R\$47.930 em 2010), julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações. d) Parcelamento de débitos: Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGP-M. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a. m. O prazo médio de faturamento é de 43 dias. A parcela dos parcelamentos de débitos se encontra registrada no ativo circulante e não circulante da Companhia, nos valores de R\$21.594 e R\$85.047, respectivamente.e) Receita não faturada: Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui registrado em no contas a receber o saldo de receita não faturada no montante de R\$249.383 (R\$274.185 em 2010). f) Furnas Centrais Elétricas S.A. e Tractebel Energia S.A.: Em 31 de dezembro de 2011, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$129.438 e R\$70.947 (R\$127.926 e R\$74.415 em 31 de dezembro de 2010) correspondentes ao faturamento dos encargos de transporte, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$4.001, refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da Companhia quando equiparada a uma transmissora. 7. **Consumidores de baixa renda**: A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02. Com o advento da Lei 12.212/2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal, inclusive indígenas e quilombolas que devem ter 100% de desconto até os primeiros 50 kWh, ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Com base nas Resoluções Normativas ANEEL 407/2010 e 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às Distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de Baixa Renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções 246/2002 e 485/2004, subvenção esta advinda da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas Resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2011 é R\$48.708 (R\$54.242 em 2010), relativo às subvenções dos meses de novembro e de dezembro de 2011. A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

8. Tributos a compensar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IR e CSLL	30.264	34.512	105.403	85.488
ICMS	2	-	201.477	212.646
PIS e COFINS	-	-	82.416	56.183
Outros tributos	-	-	9.893	11.687
	30.266	34.512	399.189	366.004

Circulante	9.045	11.614	218.191	163.031
Não circulante	21.221	22.898	180.998	202.973

IR e CSLL a compensar. O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e o saldo do imposto de renda antecipado relativo aos anos calendários de 2006 a 2009. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da CSLL antecipado relativo aos anos calendários de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96. **ICMS a compensar.** Refere-se basicamente aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. Este saldo também é composto por parcelamento ativo da controlada COELCE referente a crédito de diferencial de alíquota do ativo imobilizado, objeto dos Autos de Infração nºs 2008.03699-4, 2007.01902-8 e 2006.25755-6 e da Confissão Espontânea de Débito conforme protocolo nº 096.40949-5, cujos montantes somam R\$11.056 e foram incluídos no parcelamento previsto no "REFIS do Ceará - 2009" através do Termo de Concessão nº 197588 e conforme Nota 23. **PIS e COFINS a compensar.** Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar da controlada Ampla Energia referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a Ampla Energia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos. A controlada CIEN, em anos anteriores, identificou pagamentos de PIS e COFINS, além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a CIEN entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos. Os créditos de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) se originam da construção do sistema de transmissão das controladas Indiretas CTM e TESA, localizadas na Argentina. Tais créditos são recuperados à medida em que as controladas indiretas transmitem energia para o Brasil, através do mecanismo de pedido de restituição às autoridades fazendárias da Argentina.

9. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	Consolidado			
		31/12/2011		31/12/2010	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNB FI curto prazo	Fundo de investimento	-	54	-	51
Bradesco premium	Fundo de investimento	-	37.770	-	35.926
Itaú-Unibanco previdência	Fundo de Investimento	-	39	-	36
Itaú- Unibanco Top DI	Fundo de investimento	53.426	-	23.098	-
Bradesco	CDB	-	3.980	-	3.909
Itaú	CDB	-	821	-	13.751
Banco do Brasil	CDB	-	10.999	17.568	10.795
BNB	CDB	-	17.359	-	-
Banco Itaú BBA	Time deposit	-	22.151	-	19.375
Caixa Econômica Federal	Caução	320	-	-	-
Outros		-	20	-	-
Total		53.746	93.193	40.666	83.843

Em 31 de dezembro de 2011 os saldos de cauções e depósitos registrados nas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente, nos valores de R\$50.122 e R\$74.666 (R\$59.104 e R\$46.030 em dezembro de 2010) correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica, e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financia-

mentos. Conforme determinado pelo contrato de empréstimos e financiamentos junto ao IFC (vide Nota 20) a controlada CGTF possui o compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Esta aplicação está vinculada a uma operação de "time deposit" no Banco Itaú BBA, a qual está indexada ao dólar norte americano e possui o montante de R\$22.151 em 31 de dezembro de 2011 (R\$19.375 em dezembro de 2010).

10. Energia livre

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativos				
Encargo Emergencial	3.832	-	3.181	-
Total de Ativos Regulatórios	3.832	-	3.181	-
Passivos				
Energia Livre	24.331	3.892	4.798	15.877
Encargo Emergencial	874	-	873	-
Total de Passivos Regulatórios	25.205	3.892	5.671	15.877

Os saldos de energia livre encargo emergencial referem-se integralmente à controlada Ampla Energia que repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência. **Energia livre.** A Resolução ANEEL 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a ANEEL alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-acionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF de nº 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

11. Depósitos vinculados a litígios

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	134.608	101.776
Cíveis	55.934	60.318
Fiscais	102.615	116.759
Total	293.157	278.853

12. Tributos diferidos: O Grupo Endesa possui créditos fiscais diferidos, ativos e passivos sobre diferenças temporárias, cuja composição está demonstrada a seguir:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo						
Prejuízo fiscal	-	2.568	-	924	-	3.492
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	123.041	165.780	44.294	59.681	167.335	225.461
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.779	114.255	43.121	41.132	162.900	155.387
Provisão Enertrade	25.463	21.882	9.167	7.877	34.630	29.759
Perda plano de pensão	141.722	95.245	51.015	34.289	192.737	129.534
Remuneração das imobilizações em curso	9.633	8.353	-	3.007	9.633	11.360
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	48.027	50.435	17.290	18.156	65.317	68.591
Outros	35.455	32.392	18.144	11.781	53.599	44.173
Total	503.120	490.910	183.031	176.847	686.151	667.757
Passivo						
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	1.088	1.019	1.923	1.894	3.011	2.913
Desreconhecimento de passivo regulatório	54.270	19.298	14.596	6.947	68.866	26.245
Atuarial - Fundo de Pensão	-	6.542	-	2.355	-	8.897
Ativo indenizável (concessão)	8.136	9.118	2.536	3.283	10.672	12.401
Variações cambiais não realizadas	2.643	15.227	951	5.608	3.594	20.835
Passivo Swap	280	-	105	-	385	-
Custo atribuído	60.816	60.816	21.894	21.894	82.710	82.710
Total	127.233	112.020	42.005	41.981	169.238	154.001

A movimentação dos saldos referentes dos tributos diferidos está assim apresentada:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2009	615.097	130.225
Adições (reversões) resultado do exercício - IR/CSLL	1.703	23.776
Adições (reversões) resultado do exercício - PIS/COFINS	(2.373)	-
Adições resultado abrangente	53.330	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	667.757	154.001
Adições (reversões) resultado do exercício - IR/CSLL	(18.440)	48.456
Adições de resultados abrangentes	69.952	-
Baixa de tributo diferido não realizável	(4.116)	-
Realização	(29.002)	(33.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	686.151	169.238

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Anos de realização	Montante a realizar	Montante a realizar
	31/12/2011	31/12/2010
2011	-	84.268
2012	97.640	69.036
2013	88.294	49.741
2014	71.801	80.999
2015 a 2017	112.869	231.253
2018 a 2020	138.726	152.460
Após 2020	176.821	-
	686.151	667.757

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização de créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Grupo. A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a controlada CDSA passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido. O imposto diferido ativo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAEE 250/85, o qual foi transferido da CELG por ocasião da cisão que originou a controlada CDSA. O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da controlada CDSA, o qual poderá, a partir do término do REFIS que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo. O imposto diferido passivo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$82.710, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da controlada CDSA. O saldo deste passivo será realizado partir de 2016, quando a controlada CDSA passará a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS. **13. Benefício fiscal - ágio incorporado - Ágio de incorporação da controladora.** O ágio é oriundo da operação de incorporação que a COELCE realizou em sua controladora DistriLuz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999 está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da ANEEL 269, de 15 de setembro de 1999.

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2011	0,04349	2018	0,02338	2025	0,01257
2012	0,03980	2019	0,02140	2026	0,01151
2013	0,03642	2020	0,01958	2027	0,01053
2014	0,03333	2021	0,01792		
2015	0,03051	2022	0,01640		
2016	0,02792	2023	0,01501		
2017	0,02555	2024	0,01374		

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade DistriLuz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da controlada COELCE (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica. Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a controlada COELCE, para a substituição do mecanismo de Desdobramento e Resgate de Ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenant* financeiros com Instituições Financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

			31/12/2011	31/12/2010				31/12/2011	31/12/2010
	Custo	Depreciação	Valor	Valor	Taxas anuais de	Custo	Depreciação	Valor	Valor
	histórico	acumulada	líquido	líquido	depreciação	histórico	acumulada	líquido	líquido
					10,70%				
Administração									
Terrenos	350	—	350	440		374	—	374	464
Edificações	1.771	(265)	1.506	1.769		4.104	(1.177)	2.927	3.159
Máquinas e equipamentos	1.918	(753)	1.165	1.294		3.827	(1.717)	2.110	2.317
Veículos	1.498	(747)	751	487		1.889	(965)	924	717
Móveis e utensílios	4.054	(2.309)	1.745	2.333		73.023	(58.954)	14.069	17.211
Total imobilizado em serviço	9.591	(4.074)	5.517	6.323		4.665.319	(2.631.855)	2.033.464	2.129.849
Em Curso									
Geração	—	—	—	—		45.086	—	45.086	73.676
Transmissão	—	—	—	—		30.257	—	30.257	7.620
Distribuição	—	—	—	—		9.738	—	9.738	9.283
Comercialização	—	—	—	—		3.686	—	3.686	4.987
Administração	—	—	—	—		17.288	(34)	17.254	15.866
Total imobilizado em curso	—	—	—	—		106.055	(34)	106.021	111.432
Total do imobilizado	9.591	(4.074)	5.517	6.323		4.771.374	(2.631.889)	2.139.485	2.241.281

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

		Controladora	
		Em serviço	
	Custo	Depreciação	Saldo
		acumulada	líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.597	(1.852)	6.745
Adições	635	—	635
Depreciação	—	(1.057)	(1.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.232	(2.909)	6.323
Adições	777	—	777
Baixas	(418)	—	(418)
Depreciação	—	(1.165)	(1.165)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	9.591	(4.074)	5.517

		Consolidado		
		Em serviço	Em curso	
	Custo	Depreciação	Custo	Total
		acumulada		
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.595.254	(2.290.675)	2.304.579	2.397.120
Adições	818	—	818	49.674
Baixas	(3.553)	—	—	—
Depreciação	—	(201.138)	(201.138)	(201.138)
Transferências	29.965	—	29.965	—
Efeito de conversão de controlada no exterior	(6.124)	1.749	(4.375)	(4.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.616.360	(2.486.511)	2.129.849	2.241.281
Adições	1.059	—	1.059	44.237
Baixas	(3.436)	2.793	(643)	(664)
Depreciação	—	(147.297)	(147.297)	(147.297)
Transferências	48.568	—	48.568	(48.568)
Efeito de conversão de controlada no exterior	2.768	(840)	1.928	1.928
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.665.319	(2.631.855)	2.033.464	2.139.485

O ativo imobilizado do Grupo Endesa é composto, basicamente, pelos saldo dispostos nas controladas CGTF, CDSA e CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas. CGTF: O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização. O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. **Taxas anuais de depreciação:** As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 240, de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	5,00%
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,50%
Equipamento do ciclo térmico	2,50%
Estrutura suporte de equipamentos	3,30%
Gerador	3,20%
Painel e mesa de comando	2,00%
Reservatório, barragem e adutora	3,60%
Subestação unitária	2,50%
Transformador de força	3,30%
Transformador de serviços auxiliares	4,00%
Turbo gerador	
Administração	
Equipamentos gerais	10,00%
Veículos	20,00%

CDSA: O imobilizado da controlada CDSA está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. A administração entende que a controlada CDSA sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. **Reversão dos bens à União:** Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 240, de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	2,50%
Barramento	3,30%
Gerador	3,00%
Painel, mesa de comando	3,30%
Ponte rolante, guindaste	2,00%
Reservatório, barragem, adutora	5,90%
Sistema de ar comprimido	4,00%
Sistema de proteção contra incêndio	4,00%
Sistema de resfriamento	2,50%
Transformador de força	3,30%
Transformador de serviços auxiliares	2,50%
Turbina hidráulica	
Transmissão	
Equipamento geral	10,00%
Administração	
Equipamento geral	10,00%
Veículos	20,00%

CIEN: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas ANEEL. No saldo de terrenos estão incluídos os valores referentes à servidão (direto de passagem), os quais estão sendo amortizados pelo prazo da autorização. Conforme termos das Portarias nº 210 e nº 211 da ANEEL, é estabelecido que ao término do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à transmissão de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 240, de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Terrenos	10,00%
Edificações	25,00%
Máquinas e equipamentos	25,00%
Veículos	5,00%
Móveis e utensílios	10,00%
Administração	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Veículos	5,00%
Móveis e utensílios	10,00%

18. Intangível: O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Consolidado				
		31/12/2011		31/12/2010	
	Vida útil	Amortização	Obrigações	Valor	Valor
	19,76	custo	especiais	líquido	líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão		7.599.284	(2.880.559)	(898.822)	3.819.903
Software		167.295	(142.745)	—	24.550
Ágio atribuído a concessão		435.755	(161.121)	—	274.634
Goodwill		2.104	—	—	2.104
Marcas e patentes		1.252	(518)	—	734
Em Curso					
Direito de uso da concessão		704.665	—	(159.480)	545.185
Software		41.484	—	—	41.484
Total		8.951.839	(3.184.943)	(1.058.302)	4.708.594

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica. A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

		Consolidado				
		Em serviço		Em curso		
		Amortização	Obrigações	Valor	Amortização	
	Custo	acumulada	especiais	líquido	Custo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	6.567.191	(1.887.594)	(945.029)	3.734.568	636.127	(52.064)
Adições	—	—	—	—	866.328	(42.367)
Baixas	(21.074)	10.735	—	(10.339)	—	—
Amortização	—	(377.131)	38.974	(338.157)	—	—
Transferências	931.683	—	(54.040)	877.643	(931.683)	54.040
Transferências para ativo indenizável	(169.731)	—	24.867	(144.864)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.308.069	(2.253.990)	(935.228)	4.118.851	570.772	(40.391)
Adições	364	156	—	520	749.116	(129.344)
Baixas	(55.262)	42.113	—	(13.149)	(151)	—
Amortização	—	(382.398)	46.659	(335.739)	—	—
Transferências	684.220	—	(10.255)	673.965	(682.116)	10.255
Transferências para ativo indenizável	(213.995)	—	—	(213.995)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.723.396	(2.594.119)	(898.824)	4.230.453	637.621	(159.480)

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revista periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Administração do Grupo entende que a amortização do ativo intangível de uso da concessão deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão (Vide Nota 16). **Programa de universalização:** Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL. Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, as controladas Ampla Energia e COELCE tinham o ano de 2013 como limite para que atendessem todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Com a criação do programa Luz Para Todos, a controlada COELCE optou por antecipar as metas de universalização. **Programa Luz Para Todos:** Em 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado "Programa Luz Para Todos", destinado a propiciar, até o ano 2008, o atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. De acordo com o artigo 2º, do Decreto, os recursos necessários para suportar o Programa serão oriundos da CDE - Conta do Desenvolvimento Energético, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da RGR - Reserva Global de Reversão, instituída pela Lei nº 5.655 de 20 de maio de 1971, da participação dos Estados e Municípios e das Concessionárias ou Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica e outros destinados ao Programa. O Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e será operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e das empresas que compõem o Sistema Eletrobras. Em dezembro de 2003 foi firmado o 1º Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Governo do Estado do Ceará e a controlada COELCE, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras para o estabelecimento das premissas do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da controlada COELCE. Neste documento foram estabelecidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos, sendo: • COELCE - 15%; • RGR - 10%; • CDE - 50%; e • Governo do Estado - 25%. Em 13 de setembro de 2007 foi firmado o Primeiro Aditamento ao Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Governo do Estado do Ceará e a controlada COELCE, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras para a mudança dos percentuais de participação ficando da seguinte forma: • COELCE - 15%; • RGR - 15% (financiamento), • CDE - 60%; e • Governo do Estado - 10%. Em 25 de abril de 2008, foi publicado o Decreto Federal nº 6.442, que dá nova redação ao artigo 1º do Decreto Federal nº 4.873, prorrogando o prazo do Programa Luz Para Todos até 2010. Tendo em vista que a quantidade de ligações definidas no 1º Termo de Compromisso não atendeu às demandas oriundas do meio rural, em 31 de dezembro 2008, foi firmado o 2º Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Governo do Estado do Ceará e a COELCE, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras para o estabelecimento das premissas do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da controlada COELCE. Em 5 de agosto de 2010, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso do Programa Luz Para Todos, onde foram repactuadas as metas da Controlada COELCE na execução do Programa Luz Para Todos, ficando estabelecida para o ano de 2009 a quantidade de 23.563 ligações e para o ano de 2010 46.168 ligações. Através do Decreto 7.324, de 5 de outubro de 2010, o Governo Federal prorrogou para 31 de dezembro de 2011 o prazo de execução do Programa Luz para Todos. Este mesmo documento facultou ao Ministério de Minas e Energia para que defina as metas e os prazos do Programa, em cada Estado ou área de concessão, respeitada a data limite de 31 de dezembro de 2011. Através do Decreto nº 7.520 de 08 de julho de 2011, o Governo Federal

continuação

endesa brasil

ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

prorrogou o Programa Luz para Todos para o período de 2011 a 2014, apesar do Estado do Ceará atender aos critérios discriminados neste decreto, a controlada COELCE em princípio não foi incluída no Programa do Governo PAC 2 (Programa de aceleração do crescimento) no período 2011 a 2014. Através do Decreto Presidencial Nº 7.656 de 26 de dezembro de 2011, o Governo modificou o decreto Nº 7.520 ficando seu artigo nº 1 a vigorar da seguinte forma: "Art. 1º - A. Os contratos celebrados na forma do disposto no § 1º do art. 1º do Decreto no 4.873, de 11 de novembro de 2003, cujos objetos não tenham sido concluídos até 31 de dezembro de 2011, poderão ser incluídos no Programa "Luz para Todos", para o período de 2011 a 2014. Neste caso a controlada COELCE será incluída por estar ao 31.12.2011 com o contrato ECFS-310-A/2011 em operação. **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.** Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Esta conta contábil, denominada de obrigações vinculadas à concessão, estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa média de 4,46% a.a. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária. **Avaliação do grau de recuperação.** A Administração da Companhia realizou uma análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos no CPC 01 bem como avaliou outras circunstâncias e não identificou indícios que seus ativos estivessem registrados acima do valor de realização. **Ágio atribuído a concessão.** O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, conforme comentado na Nota 13.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento e transporte de energia	-	-	4.771	4.114
Geradoras - Energia Livre	-	-	11.384	13.982
Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	-	-	31.193	37.926
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	34.562	21.451
Itaipú (Eletrobrás)	-	-	5.754	7.441
Companhia Energética de São Paulo- CESP	-	-	-	-
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	-	-	4.437	5.888
Copel Geração S.A. - COPEL	-	-	3.349	4.269
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	-	-	3.831	5.053
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado-CEAR	-	-	38.969	52.284
Petrobrás	-	-	3.801	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.926	30.253
Custo pelo uso do sistema de transmissão	-	-	23.358	29.077
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição-LIGHT	-	-	16.461	15.665
CEGÁS - Companhia de Gás do Ceará	-	-	20.416	-
CEGÁS - Companhia de Gás do Ceará - Take-or-pay	-	-	23.677	-
Ace Seguradora S.A.	-	-	1.378	-
Duke Energy Inter. Ger. Parapananema	-	-	1.182	1.541
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica	-	-	1.069	1.363
Tractebel Energia S. A.	-	-	2.438	3.579
Contratos por Disponibilidade/Quantidade	-	-	18.607	12.482
Encargo de Uso da Rede	-	-	18.570	16.953
Câmara de Comercialização de Energia elétrica-SPOT	-	-	13.264	774
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos	-	-	17.190	-
Generali do Brasil Seguros	-	-	1.512	-
Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.	-	-	-	1.758
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	-	-	-	851
ALSTOM POWER O&M LTD	-	-	-	9.807
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	-	-	3.618	-
Outros	-	-	49.066	70.040
Materiais e serviços	12.427	13.859	260.579	296.621
Total	12.427	13.859	619.362	643.172
Circulante	12.427	13.859	614.591	638.868
Não circulante	-	-	4.771	4.304

20. Empréstimos e financiamentos. As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Consolidado					
	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda estrangeira						
União Federal - Bônus de Capitalização (a)	11	14	261	232	391	579
União Federal - Bônus de Desconto (a)	7	6	-	-	2.141	1.901
União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (a)	1	1	146	259	-	130
União Federal - Bônus ao Par (a)	40	36	-	-	3.067	2.725
Banco Europeu de Investimentos (b)	661	828	15.632	13.885	-	13.885
IFC - A (c)	221	222	8.723	7.213	54.339	58.016
IFC - B (c)	(158)	79	13.771	11.416	47.508	54.432
IFC - C (c)	70	62	-	-	13.131	11.663
Total moeda estrangeira	853	1.248	38.533	33.005	120.577	141.331
Moeda nacional						
Eletrobrás (d)	17	16	15.647	16.487	83.477	72.961
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (e)	5	7	259	231	362	613
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobrás) (e)	183	237	9.308	7.949	13.040	21.101
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	18	24	5.048	4.758	5.889	10.310
Banco do Nordeste - Proinfra (f)	299	149	30.369	27.539	132.179	109.423
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (g)	605	810	49.105	49.105	98.212	147.318
BNDES PEC (h)	147	5.582	27.936	22.917	2.327	27.083
BNDES (Finame) (i)	12	17	2.214	2.215	4.098	6.313
BNDES (Finem) (j)	-	124	-	24.485	-	-
BNDES (Capex) (k)	153	460	32.449	64.896	-	32.448
BNDES (Capex 2011) (l)	161	-	3.496	-	59.159	-
BNDES (Capex 2011) (l)	313	-	8.229	-	90.443	-
BNDES (Capex 2011) (l)	346	-	8.229	-	90.443	-
Eletrobrás (m)	4	3	2.940	1.795	19.745	14.738
Eletrobrás (n)	1	-	-	-	5.752	-
Bradesco S.A. 3º contrato (o)	41	66	5.340	5.340	-	5.340
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (o)	3.260	5.174	40.000	40.000	20.000	60.000
Banco Alfa S.A. (o)	2.951	3.233	50.000	10.000	-	50.000
União dos Bancos Brasileiros S.A. (o)	94	172	5.320	5.320	-	5.320
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (o)	127	264	15.000	15.000	-	15.000
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (o)	506	1.047	60.000	60.000	-	60.000
Banco do Brasil S.A. (o)	992	1.016	-	-	100.000	100.000
Banco Itaú S.A. (o)	6	18	6.675	6.674	-	6.675
Santander S.A.(p)	191	562	200.000	200.000	-	200.000
Total moeda nacional	10.432	18.981	577.564	564.711	725.126	944.643
Custos de Transação	-	-	(364)	(364)	(476)	(841)
Total moeda nacional líquido dos custos de transação	10.432	18.981	577.200	564.347	724.650	943.802
Total sem efeito do Swap	11.285	20.229	615.733	597.352	845.227	1.085.133
Resultado das operações de Swap	160	7.942	10.819	12.534	17.045	22.582
Total de empréstimos e financiamentos	11.445	28.171	626.552	609.886	862.272	1.107.715

Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
15/08/1997	10/04/2014	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + 8,2% a.a.
15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
15/08/1997	12/04/2012	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,075% a.a.
15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
28/05/2002	15/06/2012	Anual	Fiança bancária	USD + 5,49% a.a.
22/02/2005	15/12/2017	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 7,89% a.a.
22/02/2005	15/12/2015	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + Libor + 2,25% a.a.
11/04/2006	15/12/2019	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 11,96% a.a.

	Tipo de amortização		Garantias	Encargos financeiros
	Início	Vencimento		
3/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6% a.a.
30/06/1994	1/03/2014	Mensal	Recebíveis	TR + 10,028% a.a.
30/06/1994	1/03/2014	Mensal	Recebíveis	IGPM + 10,028% a.a.
23/01/2007	18/02/2014	Mensal	Fiança bancária	TJLP + 4,5% a.a.
			Fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 3,7% a.a.
28/04/2008	15/12/2014	Mensal	-	TJLP + 5,5% a.a.
15/01/2010	15/01/2013	Mensal	-	4,5%
20/08/2009	15/01/2015	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 6,00%
18/08/2005	15/06/2011	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 5,20%
3/11/2006	15/06/2012	Mensal	Recebíveis	8,7%
15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
1/06/2004	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6%
			Recebíveis e nota promissória	7%
21/05/2011	30/09/2018	Mensal	-	CDI + 1,15%
28/12/2007	3/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,05%
1/02/2008	7/01/2013	Semestral	-	CDI + 0,95%
10/01/2007	30/07/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 1,15%
26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 0,95%
3/12/2007	3/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,85%
3/12/2007	3/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,97%
4/12/2007	30/10/2013	Bullet	-	CDI + 1,13%
28/07/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,70%
28/12/2006	28/12/2012	Semestral	Aval	

(a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) - Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos). (b) Banco Europeu de Investimentos - BEI - Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da controlada COELCE, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95. A operação possui *swap* para 98,80% do CDI. (c) A controlada CGTF possui apenas um contrato de financiamento de longo prazo, celebrado em 2006 com o IFC ("International Finance Corporation") no valor de US\$130.000 mil. Esse contrato, constituído na modalidade de *project finance*, está dividido em 3 "*tranches*" (IFC-A, IFC-B e IFC-C com vencimentos em Dezembro de 2017, 2015 e 2019, respectivamente). (d) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE. (e) União Federal - Lei 8.727- Cessão de crédito, que fez a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal à União Federal. (f) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de inventivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A controlada COELCE celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra. (g) BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da controlada COELCE contratado em 28 de abril de 2008, no montante de R\$330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A controlada COELCE captou 74% do total do contrato. (h) BNDES PEC: Empréstimo captado devido à necessidade de capital de giro da controlada COELCE. (i) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais. (j) BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento, no montante de R\$165.000, para ampliação da rede de distribuição da controlada Ampla Energia no período de 2005/2007, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A controlada Ampla Energia captou 100% do valor do contrato. (k) BNDES Capex: Financiamento, no montante de R\$301.425, para o plano de investimento da controlada Ampla Energia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A controlada Ampla Energia sacou 73% do valor do contrato. (l) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante de R\$331.397, para o plano de investimento da controlada Ampla Energia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A controlada Ampla Energia sacou 79% do valor contratado. (m) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. (n) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR. (o) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da controlada Ampla Energia. (p) Santander S.A. - Na controlada CIEN o empréstimo foi instrumentado através da emissão de 40 CCB's - Cédulas de Crédito Bancário - com valores unitários de R\$15.000 e vencimentos em 28 de dezembro de 2012, que foram adquiridas por um sindicato de bancos liderado pelo Banco Santander Brasil. Os recursos captados foram utilizados em sua grande maioria para a liquidação de dívidas. O empréstimo da controlada CIEN com o Banco Santander possui como garantia o aval da Endesa Brasil S.A. (no valor total do empréstimo), que contratualmente se responsabilizará solidariamente pelo cumprimento das obrigações contratuais no caso de não cumprimento das condições acordadas. Adicionalmente, este contrato prevê o cumprimento de indicadores econômico-financeiros, apurados semestralmente, tomando-se por base as demonstrações financeiras consolidadas da Endesa Brasil S.A., especificados a seguir: i) Índice Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0; e, concomitantemente: ii) Índice Financeiro Consolidado igual ou inferior a 2,0. Conforme mencionado na nota 9, a controlada CGTF mantinha aplicação financeira retida no montante de R\$22.151 em 31 de dezembro de 2011 (R\$19.375 em dezembro de 2010) vinculada a parcela de curto prazo do contrato com o IFC. A controlada CGTF ainda mantém como garantia seus ativos fixos e uma carta fiança no valor de R\$488.358 e R\$39.500, respectivamente. Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos - BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contratados em 2002 e 2008, e nas operações de capital de giro as controladas COELCE e Ampla Energia comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2011:

Contratos	Consolidado	
	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida/EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida/(PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida Financeira Líquida/EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	

continua



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

Mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de captação:

	Consolidado				
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em dezembro de 2009	468.464	1.418.400	50.893	211.003	2.148.760
Ingressos	-	75.793	-	-	75.793
Encargos provisionados	176.979	-	11.734	-	188.713
Variação monetária e cambial	4.020	-	(944)	(6.269)	(3.193)
Transferências	549.550	(549.550)	34.584	(34.584)	-
Resultado Swap	-	-	4.598	(6.237)	(1.639)
Amortizações	(615.321)	-	(46.136)	-	(661.457)
Em dezembro de 2010	583.692	944.643	54.729	163.913	1.746.977
Ingressos	74.155	353.266	-	-	427.421
Encargos provisionados	156.695	-	9.260	-	165.955
Encargos pagos	(159.373)	-	(18.379)	-	(177.752)
Variação monetária e cambial	-	2.327	2.690	15.490	20.507
Transferências	575.110	(575.110)	47.292	(47.292)	-
Resultado Swap	-	-	(7.116)	5.511	(1.605)
Amortizações	(642.283)	-	(38.111)	-	(680.394)
Em dezembro de 2011	587.996	725.126	50.365	137.622	1.501.109

21. Debêntures:

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Principal		Principal	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª Série 2ª Emissão – Coelce	-	-	90.500	-
2ª Série 2ª Emissão – Coelce	58.937	117.875	-	166.086
1ª Série 3ª Emissão – Coelce	-	104.000	-	-
2ª Série 3ª Emissão – Coelce	-	299.580	-	-
1ª Série 4ª Emissão – Ampla Energia	185.000	-	185.000	185.000
1ª Série 5ª Emissão – Ampla Energia	115.330	-	-	115.330
2ª Série 5ª Emissão – Ampla Energia	-	152.100	-	142.873
1ª Série 6ª Emissão – Ampla Energia	-	117.000	-	-
2ª Série 6ª Emissão – Ampla Energia	-	187.464	-	-
Encargos da Dívida – Ampla Energia/Coelce	31.617	-	28.865	-
(-) Custo de transação – Ampla Energia/Coelce	(2.355)	(4.798)	(2.255)	(3.198)
Total	388.529	973.221	302.110	606.091

Mutação de debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	170.386	858.448	1.028.834
Encargos provisionados	89.746	8.203	97.949
Encargos pagos	(95.340)	-	(95.340)
Transferências	275.500	(275.500)	-
Variação monetária	-	9.536	9.536
Amortização	(135.927)	-	(135.927)
Transferência custo de transação	(4.243)	4.243	-
Custo da transação	1.988	1.161	3.149
Saldo em 31 de dezembro de 2010	302.110	606.091	908.201
Captações	-	700.000	700.000
Encargos provisionados	104.408	-	104.408
Encargos pagos	(101.657)	-	(101.657)
Transferências de prazos	359.268	(359.268)	-
Variação monetária	-	27.998	27.998
Amortização do principal	(275.500)	-	(275.500)
Transferência custo de transação	(991)	991	-
Apropriação do custo de transação	1.659	-	1.659
Custo da transação	(768)	(2.591)	(3.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	388.529	973.221	1.361.750

Características das emissões:

COELCE

Características	2ª Emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Tipo e forma	9.050 debêntures simples	15.450 debêntures simples
Quantidade de títulos	R\$10	R\$10
Valor nominal	15 de julho de 2009	15 de julho de 2009
Data de emissão	15 de julho de 2011	15 de julho de 2012
Vencimento inicial	15 de julho de 2011	15 de julho de 2014
Vencimento final	Sem atualização	IPCA
Atualização monetária	Não haverá	Não haverá
Repactuação	CDI+0,95%aa	7,5%aa
Remuneração	Semestral	Anual
Exigibilidade de juros	Parcela única	Em três parcelas anuais
Amortizações	2011	2012, 2013 e 2014
Data das amortizações		

Características	3ª Emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Tipo e forma	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Quantidade de títulos	R\$10	R\$10
Valor nominal	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Data de emissão	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento inicial	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Vencimento final	Sem atualização	IPCA
Atualização monetária	Não haverá	Não haverá
Repactuação	CDI+0,97%aa	6,85%aa
Remuneração	Semestral	Anual
Exigibilidade de juros	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018
Data das amortizações		

2ª Emissão - A emissão foi realizada em 15 de julho de 2009, com 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografia, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, no montante total de R\$245.000, colocadas através de oferta pública de distribuição. A primeira série foi emitida com 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente e amortização única ao final do segundo ano, realizada em 15 de julho de 2011. A segunda série foi emitida com 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 7,5% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de julho de 2012, 15 de julho de 2013 e 15 de julho de 2014. **3ª Emissão** - A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografia, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais) na data de emissão, no montante total de R\$400.000 (quatrocentos milhões de reais), colocadas através de oferta pública de distribuição. A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016. A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

Ampla Energia

Características	4ª Emissão	
	1ª Série (série única)	
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	
Espécie	Quirografia	
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples	
Valor nominal	R\$10	
Data de emissão	01 de agosto de 2006	
Vencimento inicial	01 de agosto de 2011	
Vencimento final	01 de agosto de 2012	

Características	4ª Emissão	
	1ª Série (série única)	
Atualização monetária	Sem atualização	
Repactuação	Não haverá	
Remuneração	CDI + 0,85% a.a.	
Exigibilidade de juros	Semestral	
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures	
Data de amortização	2011 e 2012	

Características	5ª emissão	
	1ª série	2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Tipo e forma	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Quantidade de títulos	R\$10	R\$10
Valor nominal	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Data de emissão	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2013
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Vencimento final	Sem atualização	IPCA
Atualização monetária	Não haverá	Não haverá
Repactuação	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 8,30% a.a.
Remuneração	Semestral	Anual
Exigibilidade de juros	Parcela única na data do vencimento	Em três parcelas anuais
Amortização programada	2012	2013, 2014 e 2015
Data de amortização		

Características	6ª emissão	
	1ª série	2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Tipo e forma	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Quantidade de títulos	R\$10	R\$10
Valor nominal	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Data de emissão	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Vencimento final	Sem atualização	IPCA
Atualização monetária	Não haverá	Não haverá
Repactuação	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Remuneração	Semestral	Anual
Exigibilidade de juros	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Amortização programada	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018
Data de amortização		

4ª Emissão - Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

5ª Emissão - Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia. **6ª Emissão** - Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia. Em 31 de dezembro de 2011, a controlada Ampla Energia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação da Administração. De acordo com a escritura de emissão das debêntures, as controladas Coelce e Ampla Energia estão sujeitas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011 as controladas Ampla Energia e COELCE vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices na avaliação da Administração:

Contrato	Consolidado	
	Obrigações especiais financeiras	Índice
2ª emissão – Coelce	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
3ª emissão – Coelce	EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
4ª emissão – Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,90
4ª emissão – Ampla Energia	Dívida líquida de CP/EBITDA (máximo)	1,50
4ª emissão – Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,30
5ª emissão – Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão – Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
6ª emissão – Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª emissão – Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	Consolidado					
	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
1ª série 3ª emissão - Coelce	-	-	52.000	52.000	-	104.000
1ª série 6ª emissão - Ampla Energia	-	-	58.500	58.500	-	117.000
2ª série 2ª emissão - Coelce	58.937	58.937	-	-	-	117.874
2ª série 3ª emissão - Coelce	-	-	-	99.850	199.730	299.580
2ª série 5ª emissão - Ampla Energia	50.700	50.700	50.700	-	-	152.100
2ª série 6ª emissão - Ampla Energia	-	-	-	62.488	124.976	187.464
(-) Custo de transação - Ampla Energia/Coelce	(1.583)	(1.127)	(809)	(581)	(697)	(4.797)
	108.054	108.510	160.391	272.257	324.009	973.221

22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: Considerações gerais - A Companhia possui política de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado. **Fatores de risco** - a) **Risco de taxa de câmbio**: Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo mantinha 5,64 % da sua dívida indexada em moeda estrangeira. Tendo em vista assegurar o risco de variações significativas nas cotações de moeda estrangeira, não afetando o resultado e o fluxo de caixa, o Grupo possui operações de swap correspondente a 38,50 % da dívida em moeda estrangeira, ou 2,17 % da dívida total. Em 31 de dezembro de 2011, a posição líquida dos instrumentos financeiros era de R\$28.024. A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de swap cambial:

	Passivo	
	2011	2010
Dólares norte-americano	102.715	117.704
CGTF	92.308	99.365
COELCE	6.065	5.883
OIEN	4.342	12.456
Time Deposit	-	9.807
Franco Suíço	-	9.807
Alstom	102.715	127.511
Total	102.715	127.511

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso a variação da taxa de câmbio de 2011 fosse igual a esperada para 2012, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

	Efeitos		
	2011	Aumento/redução em pontos bases	No resultado
Dólares norte-americano		9,74%	(12.674)

b) **Risco de encargos de dívida**: Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo Endesa não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco, entretanto monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES). A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo, caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2011 fossem iguais as esperadas para 2012, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

31/12/2011	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	(0,62%)	9.689	9.689
Libor (6 meses)	0,13%	(7)	(7)
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	(1,42%)	877	877
IGPM	(1,37%)	54	54
TR	0,05%	(4)	(4)
Total		10.609	10.609

c) **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber. d) **Risco de escassez de energia:** Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento. e) **Risco de vencimento antecipado:** Algumas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos "covenants" financeiros. f) **Gestão do risco de capital:** O Grupo administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na Nota 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras detalhadas as Notas 4 e 5), e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 29).

Consolidado			
		31/12/2011	31/12/2010
Dívida (i)		2.862.019	2.653.973
Caixa e equivalente de caixa + Aplicações financeiras		(1.001.992)	(1.103.058)
Dívida líquida (a)		1.860.027	1.550.915
Patrimônio líquido (b)		5.937.554	5.747.602
Índice de endividamento líquido (a/(a+b))		24%	21%
(i) A dívida é representada pelo saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, vide maiores detalhes nas Notas 20 e 21; (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. g) Risco de liquidez: A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas em moeda estrangeira do Grupo que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de juros e do principal:			

Consolidado						
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2011						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	5.692	13.472	75.641	305.329	121.227	521.361
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	46.643	34.008	558.477	507.136	89.553	1.235.817
Debêntures	11.227	-	469.177	937.021	371.322	1.788.747
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	4.411	-	-	4.411
	63.562	47.480	1.107.706	1.749.486	582.102	3.550.336
31 de dezembro de 2010						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	5.331	10.717	62.586	256.854	90.472	425.960
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	52.028	40.074	584.173	915.184	8.161	1.599.620
Debêntures	26.200	-	343.373	717.718	-	1.087.291
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	9.035	3.922	-	12.957
	83.559	50.791	999.167	1.893.678	98.633	3.125.828

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia:

Consolidado						
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2011						
"Swaps" de moeda	-	-	10.961	-	-	10.961
"Swaps" de taxa de juros	-	-	6.253	14.476	-	20.729
	-	-	17.214	14.476	-	31.690
31 de dezembro de 2010						
"Swaps" de moeda	-	-	11.429	-	-	11.429
"Swaps" de taxa de juros	-	-	6.765	32.841	-	39.606
	-	-	18.194	32.841	-	51.035

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição até 31 de dezembro de 2011 e 2010 quanto à utilização da conta:

Conta Garantida	2011	2010
Contratada	240.000	90.000

Valorização dos instrumentos financeiros: O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Controladora						
Ativo	Categoria	Nível	31/12/2011		31/12/2010	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	102.775	102.775	275.213	275.213
	Valor justo por meio de resultado	2	17.580	17.580	356.258	356.258
Aplicações financeiras						
Passivo						
Obrigações IFC	Outros passivos financeiros	2	-	-	184.065	184.065
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	12.427	12.427	13.859	13.859
Consolidado						
Ativo	Categoria	Nível	31/12/2011		31/12/2010	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	723.772	723.772	509.163	509.163
	Valor justo por meio de resultado	2	278.220	278.220	594.895	594.895
Aplicações financeiras						
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	146.939	146.939	124.509	124.509
	Empréstimos e recebíveis	2	1.227.998	1.227.998	1.250.858	1.250.858
Contas a receber	Recebíveis	3	765.516	765.516	527.794	527.794
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.312.282	1.312.282	1.528.335	1.517.681
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.361.750	1.369.627	908.201	900.496
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	159.963	181.463	218.642	201.783
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	28.025	28.025	43.059	43.059
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	4.342	4.342	12.456	12.882
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	619.362	619.362	643.172	643.172

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata. **Valor justo hierárquico** - Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (*swap*) de 31 de dezembro de 2011 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)		Diferença
COELCE				
Swap Santander Brasil S.A.	10.961	10.819		142
CGTF				
Swap Libor x Pré (Santander)	2.327	2.176		151
Swap Libor x IGPM (Citibank)	18.402	15.029		3.373
Total	31.690	28.024		3.666

A estimativa do valor de mercado das operações de *swaps* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2011. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial e de taxas de juros. As operações de "*swap*" são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, e cobertura de juros de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia detinha operações de *swap*, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência			
					Moeda estrangeira		Moeda local	
					30/12/11	31/12/10	30/12/11	31/12/10
Contratos de swaps								
				Dólar + 5,49% a.a.98,8% do CDI	USD	USD		
Valor	Banco Santander Brasil S.A.	16/06/06	15/06/12		6.589	13.824	R\$15.053	R\$31.581
					Efeito acumulado até 30/12/2011		Efeito acumulado até 30/12/2010	
					Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago
Contratos de swaps								
(+) Ativo				R\$16.293	R\$29.316	-	-	-
(-) Passivo	Banco Santander			R\$27.112	R\$50.927	-	-	-
(=) Ajuste	Brasil S.A.			(R\$10.819)	(R\$21.611)	-	(R\$10.819)	(R\$21.611)

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência			
					Moeda estrangeira		Moeda local	
					30/12/11	31/12/10	30/12/11	31/12/10
Contratos de swaps								
(+) Ativo				Libor 5,4% (a/360) aa				
(-) Passivo	Banco Santander	15/06/06	15/12/15					
(=) Ajuste					USD	USD		
					11.154	13.493	R\$25.480	R\$30.824
(+) Ativo				Libor + 2,25%IGPM + 9,77%				
(-) Passivo	Banco Citibank	20/03/07	15/12/15					
(=) Ajuste					USD	USD		
					12.736	15.407	R\$26.490	R\$32.045
					USD	USD		
					23.890	28.900	51.970	62.869
					Efeito acumulado até 30/12/2011		Efeito acumulado até 30/12/2010	
					Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago
Contratos de swaps								
(+) Ativo				R\$21.324	R\$23.391	-	-	-
(-) Passivo	Banco Santander			R\$23.500	R\$25.844	-	-	-
(=) Ajuste	Brasil S.A.			(R\$2.176)	(R\$2.453)	-	(2.176)	(2.453)
(+) Ativo				R\$23.973	R\$26.054	-	-	-
(-) Passivo	Banco Citibank			R\$39.002	R\$45.049	-	-	-
(=) Ajuste				(R\$15.029)	(R\$18.995)	-	(15.029)	(18.995)
				(R\$17.205)	(R\$21.448)	-	(17.205)	(21.448)

23. Tributos a pagar	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS	-	107.375	-	110.764
IRPJ/CSLL	1.744	127.976	1.290	61.493
ISS	57	5.679	41	6.627
Parcelamento ICMS	-	6.304	-	-
Parcelamento IRPJ	-	15.149	-	-
PIS/COFINS	600	73.296	336	57.538
REFIS Federal (Previdenciário)	-	21.180	-	-
IRRF Mútuos	-	373	-	913
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retido na Fonte)	-	2.054	-	-
INSS	-	8.388	-	-
FGTS	-	32	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	5.251
Outros tributos e Contribuições	1.737	14.917	4.141	12.220
Total	4.138	382.723	5.808	254.805
Circulante	4.138	349.898	5.808	248.623
Não Circulante	-	32.825	-	6.182

24. Taxas regulamentares			
Consolidado			
	31/12/2011	31/12/2010	
Conta de consumo de combustível - CCC	20.340	18.505	
Recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	7.230	
Reserva global de reversão - RGR e outros	27.724	22.364	
Encargo de energia reserva - EER	1.376	968	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	4.416	2.378	
Encargos ex-isolados	2.533	2.789	
Conta de desenvolvimento energético	4.570	4.347	
Taxa de fiscalização	380	367	
Encargos emergenciais	2.469	2.489	
Total	71.745	61.437	

O saldo da reserva global de reversão se refere à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculados à base de 2,5% sobre o imobilizado, limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

25. Partes relacionadas: A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

			Controladora									
			31/12/2011			31/12/2010						
Empresas	Ref	Natureza da operação	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (Despesa) financeira	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (Despesa) financeira		
CIEN	(f)	Mútuo	173.651	-	-	13.577	66.899	-	-	16.064		
Ampla Investimentos	(d)	Mútuo	186.895	-	-	28.264	216.156	-	-	25.646		
Prátil	(g)	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	392	-	-	-		
Ampla Energia		Conta corrente	-	-	424	-	-	-	424	-		
CTM	(h)	Mútuo	4.777	-	-	740	-	-	-	-		
TESA	(h)	Mútuo	1.921	-	-	349	-	-	-	-		
Ingendesa		Prestação de serviço	-	-	-	(1.480)	-	-	-	-		
ICT		Prestação de serviço	-	2.238	-	(2.238)	-	-	-	-		
Outros			-	-	-	-	-	1.175	-	-		
			367.244	2.238	424	39.212	283.447	1.175	424	41.710		
			Controladora									
			31/12/2011			31/12/2010						
Empresas	Ref	Natureza da operação	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesa) Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesa) Intangível	
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A.	(c)	Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	90.806	-	(38.737)	-
Endesa Latinoamérica (MIGA e ICO)	(e)	Mútuo	-	4.342	-	-	-	-	8.610	3.845	(16.978)	-
Synapsis Brasil S.A.	(a.2)	Prestação de Serviço	-	-	-	-	9	-	4.808	-	(26.800)	9.357
CAM Brasil Multiserviços Ltda.	(a.2)	Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	1.535	-	(9.327)	10.536
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(b.1)	Confissão de dívida	-	11.418	23.946	-	-	-	10.752	26.885	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(b.2)	Plano de pensão	-	852	-	(5.404)	664	-	237	-	(4.034)	4.924
FUNDAÇÃO BRASILETROS	(b.3)	Plano de pensão	-	-	529.230	(28.994)	-	-	-	365.312	(17.557)	-
		Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENERSIS AGENCIA	(a.1)		235	2	99	(2.298)	-	233	45	2.409	(373)	-
CEMSA - Comercializadora del Mercorsur S.A.		Transporte de energia	76.620	-	81.621	(5.427)	-	62.145	-	70.173	7.608	-
Endesa Costanera S.A.		Transporte de energia	34.654	-	31.869	(4.215)	-	27.122	-	50.073	8.901	-
Ingendesa Brasil S.A.		Prestação de Serviço	-	-	-	(1.480)	-	-	-	-	-	-
ICT		Prestação de Serviço	-	2.238	-	(2.238)	-	-	-	-	-	-
Outros			-	225	-	-	-	58	1.193	-	-	-
			111.509	19.077	666.765	(50.056)	664	9	89.558	117.986	518.697	(97.297)
(-) Dívida FAELCE			-	11.418	23.946	-	-	-	10.752	26.885	-	-
(-) Dívida BRASILETROS			-	-	529.230	-	-	-	-	365.312	-	-
Parte relacionadas			111.509	7.659	113.589	-	-	9	89.558	107.234	126.500	-

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Prestação de serviços: a.1) Enersis agência: A controlada Ampla Energia possui um contas a pagar com a empresa Enersis Agência no valor de R\$101 (R\$2.454 em 2010), referente a compra de software. a.2) CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A.: Desde 28 de fevereiro de 2011, as empresas CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A. não fazem mais parte do grupo econômico da Endesa Brasil, deixando, portanto de serem consideradas partes relacionadas da controlada Ampla Energia. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 1.535 para a CAM Brasil e R\$ 4.808 para a Synapsis Brasil. b) Obrigações com Plano de Pensão: b.1) Contrato de Dívida - FAELCE: A controlada COELCE é patrocinadora do fundo de pensão administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE. Em 30 de junho de 1999, a controlada COELCE celebrou com a Faelce um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$46.600, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997. Em 30 de junho de 2007, foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$62.200, conforme Resolução CGPC no 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2011, a controlada COELCE amortizou 9 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$35.364 (R\$37.637 em 2010). Em garantia da operação, a controlada COELCE cedeu à Faelce os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A Faelce poderá sacar da conta corrente bancária da controlada COELCE, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da controlada COELCE, se lhe convier. b.2) Plano de Pensão - FAELCE: A controlada COELCE, como mantenedora da Faelce, realiza repasses mensais destinados a manutenção financeira da Faelce e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada COELCE, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida". O total de gastos em 2011 foi R\$ 6.068 (R\$8.958 em 2010) sendo R\$ 5.404 (R\$ 4.034 em 2010) como despesa operacional do resultado da controlada COELCE e R\$ 664 (R\$ 4.924 em 2010) capitalizados ao ativo intangível. O saldo corresponde ao valor da contribuição da controlada COELCE (patrocinadora) aos planos de pensão, vide Nota 31. A CDSA, e a CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores. A Faelce é administradora do Fundo de Pensão dos funcionários da controlada COELCE. b.3) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS: A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Como caução da operação, a controlada da Ampla Energia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária, indicada pela Brasileiros. O total de despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi R\$28.994 (R\$17.557 em 2010). c) Enertrade: As operações com a Enertrade - Comercializadora de Energia S.A. referem-se à compra e venda de energia elétrica através do contrato 001/2002 vigente até 30/12/2022. Em 4 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamérica S.A. ("Endesa Latam") consumou com a EDP - Energias de Portugal S.A. ("EDP"), controladora da Enertrade - Comercializadora de Energia S.A., a operação de compra e venda de ações, por meio da qual a Endesa Latam adquiriu 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia. Consequentemente, o saldo em aberto referente a faturas em aberto de compra de energia em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$3.618 está sendo divulgado na Nota 19. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2010 possui o montante de R\$3.281. d) Ampla Investimentos: Em 23 de dezembro de 2008 a Companhia concedeu um empréstimo a sua controlada Ampla Investimentos, no montante de R\$255.878, com a finalidade de quitar sua dívida cruzada com Enersis Agência e o último pagamento está previsto para 17 de março de 2012. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R\$186.895 e (R\$216.155 em 2010) e sua atualização está indexada pela variação do CDI acrescido de 2% ao ano. e) Endesa Internacional: A controlada CIEN contratou empréstimo, em dólares americanos, junto à Endesa Latinoamérica para aquisição de máquinas e equipamentos e finalização da construção da linha de transmissão II. Essa operação foi pactuada com taxa Libor + 2,73% a.a. e com vencimento em 30 de maio de 2012. f) CIEN: A Endesa Brasil possui empréstimo com a sua controlada CIEN no montante atualizado de R\$173.651 (R\$66.763 em 2010), com o vencimento em 28 de junho de 2012. O empréstimo é indexado pela variação do CDI, acrescido de juros de 0,67% a.a. g) Prátil: Em 1º de novembro de 2009, a controladora e sua controlada Prátil celebraram contrato de mútuo com vencimento em 30 de dezembro de 2011, sendo quitado em 22 de julho de 2011 com aumento de capital efetuado pela Endesa Brasil. h) CTM e TESA: Os mútuos com a controlada Indireta TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,03% a.a.. Estes contratos possuem vencimentos firmados para dezembro de 2013. Os mútuos com a CTM são em dólares norte-americanos, sendo um dos contratos em taxa fixa de 7% a.a., enquanto os outros são indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,02% a.a. Estes contratos possuem vencimentos firmados para dezembro de 2013. Remuneração da Administração: A remuneração total dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$9.592 (R\$8.312 em 2010), as quais são benefícios de curto prazo. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2011 foi de R\$25.862 (R\$25.315 em 2010). 26. Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética: Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeca-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado). As controladas COELCE, Ampla Energia, CGTF e CDSA contabilizam as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

Consolidado				
		31/12/2011	31/12/2010	
Descrição		Circulante	Não Circulante	
Programa de Eficiência Energética - PEE		31.967	4.083	95.850
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		47.931	9.666	34.221
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		121	-	3.941
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(150)	-	-	231
Ministério de Minas e Energia - MME	(164)	-	-	1.382
Total		79.705	13.749	135.625

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo. Provisões com risco provável: Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões passivas em 31 de dezembro de 2011:

Consolidado						
Descrição	Saldo em 31/12/2010	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2011
Trabalhistas (a)	208.290	(24.760)	14.114	(23.850)	(130)	173.664
Cíveis (b)	278.055	63.843	44.349	(85.773)	81.900	382.374
Fiscais (c)	173.777	(110.402)	3.714	(11.218)	21.168	77.039
Ambientais	3.000	-	-	-	-	3.000
Total	663.122	(71.319)	62.177	(120.841)	102.938	636.077
Circulante	140.793	-	-	-	-	17.060
Não circulante	522.329	-	-	-	-	619.017

a) Riscos trabalhistas: Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com as controladas bem como equiparação em direitos aos empregados desta. b) Riscos cíveis: Engloba processos de natureza cível, inclusive consumerista, nos quais as controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica, ressarcimento por reajuste tarifário supostamente legal, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. O restante do valor constante na provisão, subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumerista. A controlada COELCE é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa. c) Riscos fiscais: Controlada Investiuz: Autos de Infração PIS/COFins - Controlada Investiuz: Em 21 de dezembro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou dois autos de infração para a cobrança de Pis e Cofins sobre juros sobre capital próprio e outras receitas financeiras, auferidas no período de 2001 a 2005. Em primeira instância administrativa os autos de infração foram julgados parcialmente procedentes (improcedentes apenas no que se refere às receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98). A Controlada Investiuz apresentou recurso e aguarda decisão de segunda instância administrativa. Diante dos fatos e da jurisprudência administrativa, a empresa efetuou a provisão da parcela dos autos de infração considerada com probabilidade de perda provável (valores relativos ao Pis e à Cofins incidentes sobre os juros sobre capital próprio recebidos após a vigência das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente). O valor provisionado em dezembro de 2011 corresponde a R\$16.839 para a Cofins e R\$7.568 para o PIS. A parcela remanescente dos autos de infração considerada com probabilidade de perda possível corresponde a R\$17.092 para a Cofins e R\$2.409 para o PIS (receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98 e após a vigência do Decreto nº 5.164/2004). Controlada COELCE: A controlada COELCE concluiu o pagamento de um parcelamento de COFINS junto à SRF em 2000, sendo que o parcelamento era em 80 parcelas e foi efetuado o pagamento de 6 parcelas a mais. Considerando o pagamento a maior, a controlada COELCE efetuou a compensação desse suposto crédito com débitos de COFINS. Na análise do processo, ficou demonstrado que houve uma retificação do valor inicialmente declarado no pedido de compensação e que assim o valor total pago pela COELCE (nas 86 parcelas) correspondia à dívida retificada. Dessa forma, a SRF entendeu que a compensação efetuada não procedia. O processo administrativo ainda está em curso, no qual a controlada COELCE está alegando basicamente o desconhecimento da retificação do valor declarado e a decadência do excesso resultante da retificação. No entanto, diante dos fatos, a Controlada COELCE entendeu por bem alterar a probabilidade de perda para provável, em 31 de dezembro de 2011 o valor envolvido é de R\$2.307. Controlada Ampla Energia: ICMS - Pagamento a menor: O Estado do Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$8.361 (R\$7.610 em 2010). A Ampla Energia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial. ICMS - Créditos fiscais indevidos: A controlada Ampla recebeu dois autos de infração por não ter efetuado os estornos proporcionais de parte dos créditos que apropriou decorrente das entradas de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, como decorrência de ter efetivado fornecimento (saída) de energia elétrica isento ou não tributável, para a CENF (Nova Friburgo) e ELEKTRO (São Paulo). Os mencionados autos referem-se aos períodos de novembro de 1996 a outubro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999 e possuem o valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$1.059 e R\$467 (R\$956 e R\$424 em 2010), respectivamente. Ambas as autuações estão aguardando julgamento pelo Conselho Pleno do Rio de Janeiro. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de perda é provável em relação a 80% dos dois autos de infração, motivo pelo qual a Administração optou por registrar uma provisão de R\$1.221. Controlada CIEN: PIS/COFINS - exportação. A controlada CIEN em fevereiro de 2009 realizou consulta à Receita Federal sobre a incidência do PIS/COFINS sobre seu faturamento no âmbito dos contratos de energia relativos aos anos de 2009, 2008 e 2007, referentes à disponibilização do sistema de transmissão para exportação de energia. A resposta à referida consulta foi emitida pela Receita Federal no dia 28/12/09, declarando ineficaz a consulta, mas não concluindo de forma clara os motivos para este posicionamento. Como a referida resposta necessitava ser analisada com profundidade, com base na avaliação interna preliminar da área jurídica, a administração registrou a provisão contábil. No entanto, posterior análise pormenorizada dos fundamentos de decidir da consulta indicou uma interpretação favorável à controlada CIEN, razão pela qual a CIEN reverteu a provisão contábil constituída ao final de 2009 em relação ao risco de PIS/COFINS sobre referidos rendimentos, o que ocorreu em outubro de 2011. Controlada CDSA: ICMS sobre a venda de energia elétrica: Na qualidade de comercializadora de

continuação



endesa brasil

ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

energia elétrica, a controlada CDSA possuía contratos firmados com consumidores livres localizados em outros Estados diferentes da sua localização. Por conta disso, a venda de energia elétrica a esses consumidores finais estava sujeita à incidência do ICMS, na forma da legislação aplicável, cabendo à CDSA, na qualidade de substituta tributária, a responsabilidade por cobrar e recolher o respectivo imposto aos cofres do estado da localização do adquirente. Em razão de liminares obtidas em Juízo por alguns de seus clientes, algumas dessas vendas de energia a consumidor final não foram submetidas à incidência do ICMS, tendo sido, portanto, a energia entregue sem o correspondente acréscimo de preço. Naquela oportunidade, a Administração da controlada CDSA procedeu ao registro da provisão dos valores de ICMS não recolhidos em virtude do acima exposto. O saldo atualizado era de R\$7.006 em dezembro de 2010. Em junho de 2011 foi feita a reversão do montante de R\$4.156, relativo a fatos geradores ocorridos no exercício de 2005, e em dezembro de 2011 do saldo remanescente da provisão de R\$2.851, relativo ao período de janeiro a setembro de 2006, ambas as reversões em razão da decadência do direito do Fisco de cobrar débitos para esses períodos. **Contingências Ambientais:** A provisão constituída no montante de R\$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a controlada CDSA, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada. Foi proferida decisão favorável à Controlada em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A Controlada inter pôs recurso especial contra a decisão. Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público. **Principais riscos possíveis:**

	31/12/2011
Trabalhistas (a)	163.589
Cíveis (b)	4.195.674
Fiscais (c)	1.776.561
Outros Processos (d)	161.768
Total	6.297.592

Contingências passivas com risco possível: O Grupo possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. a) **Riscos trabalhistas:** As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc. b) **Riscos cíveis:** A situação jurídica das Controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais. c) **Riscos fiscais:** **Controlada COELCE:** ICMS - Termo de acordo 035/91: A controlada COELCE celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98. Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou quatro autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$17.315. A controlada COELCE aguarda decisão de recurso apresentado (embargos de declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os autos de infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora. ICMS - Base cadastral de consumidores isentos e imunes e não tributáveis. A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$11.943, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A controlada COELCE impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa. Adicionalmente, em 29 de novembro de 2006, foi lavrado auto de infração, no valor atualizado de R\$4.493, referente ao ano de 2001, pelo não-recolhimento de ICMS em operações consideradas pela controlada COELCE como não-tributáveis, em virtude da base cadastral do período autuado. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada COELCE apresentou recurso. Em 27 de dezembro de 2011 a Coelce foi intimada da decisão de 2ª instância administrativa que acolheu os argumentos da controlada COELCE de que ocorreu a decadência do direito do Fisco de cobrar os débitos e julgou o auto improcedente. Em 16 de fevereiro de 2007, foi lavrado auto de infração com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$4.076, referente ao ano de 2002, no qual se aguarda decisão de 1ª instância administrativa. ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado: A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$3.862, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A controlada COELCE impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 5 de novembro de 2008. A recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa. Adicionalmente, em 17 de junho de 2011 a controlada Coelce recebeu um auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor atualizado de R\$5.229. Em 19 de julho de 2011 a controlada COELCE apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. ICMS - Transferência de créditos: Em 1º de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante atualizado de R\$1.811. Em 9 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à controlada COELCE. A Fazenda Estadual apresentou recurso (apelação), que está pendente de julgamento. Em 6 de maio de 2005, a controlada COELCE ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante atualizado de R\$1.893. A controlada COELCE aguarda decisão de primeira instância judicial. ICMS - Cancelamento de faturas: Em 29 de novembro de 2006, a controlada COELCE recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$22.669, pelo cancelamento de faturas emitidas anteriormente com erros sem a comprovação que as operações anteriormente foram tributadas. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa, a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda julgamento. Em 16 de fevereiro de 2007, a controlada COELCE recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$27.637, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda julgamento. ISS - Município de Fortaleza: A controlada COELCE ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS incidentes sobre: (i) prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia; (ii) serviço de locação de bens móveis e (iii) ausência de retenção do ISS na fonte, relativas ao período de julho/98 a janeiro/00, que totalizam o valor de R\$4.284. A controlada COELCE aguarda decisão de primeira instância judicial. Não obstante a controlada COELCE tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, para as quais a controlada COELCE apresentou defesa (exceção de pré-executividade) e aguarda decisão de primeira instância judicial. O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$22.025 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A controlada COELCE aguarda decisão de segunda instância judicial nos três processos. Em 07 de maio de 2010 a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$1.150, relativo ao exercício de 2007. A controlada COELCE apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância. ISS - Município de Iguatu: O município de Iguatu ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$2.530, por débitos de ISS relativos ao período de 2004 a 2008, cobrados face à existência de diferenças entre as declarações apresentadas pela controlada COELCE. A controlada COELCE apresentou embargos à execução, que aguarda julgamento. ICMS - Estorno de crédito - consumidor baixa renda: O Município de Fortaleza lavrou um auto de infração em 02 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$23.512, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como "baixa renda". A controlada COELCE apresentou defesa. Foi proferida decisão administrativa desfavorável e em 07 de outubro de 2010 a controlada COELCE apresentou recurso. Em 27 de junho de 2011 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que confirmou a decisão de primeira instância, que declarou procedente o auto de infração. A controlada COELCE foi intimada da decisão e irá apresentar recurso especial. Adicionalmente, em 17 de junho de 2011, a controlada COELCE recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor de atualizado R\$18.911. Em 19 de julho de 2011 a controlada COELCE apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. PIS/IRPJ - Autos de Infração: Trata-se de dois Autos de infração para a cobrança de PIS e IRPJ relativos ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício de 1998 diante do não recolhimento apontado pela auditoria interna da Fazenda Nacional, em revisão das declarações apresentadas. A controlada COELCE apresentou defesa, que foi julgada parcialmente procedente. Em 16 de outubro de 2008, a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda decisão. O valor envolvido atualizado é de R\$10.409. CSSL/IRPJ - Execução fiscal: Em 19 de Janeiro de 2009 a União Federal apresentou execução fiscal para cobrar débitos de CSSL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009 a COELCE apresentou embargos a execução. Em 02 de junho de 2011 foi proferida sentença parcialmente procedente, declarando extinto o processo em relação a duas CDA's, sem resolução de mérito, mas mantendo a cobrança de uma CDA. A União apresentou recurso de apelação e a COELCE apresentou recurso (embargos de declaração). O valor atualizado é de R\$17.034. ICMS - Operações denominadas "Coelce Plus": Em 17 de junho de 2011 Coelce recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS oriundos de operações na modalidade "Coelce Plus" sem a emissão da documentação fiscal durante o exercício de 2006. A controlada COELCE apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$1.654. ICMS - Energia adquirida para consumo próprio: Em 17 de junho de 2011, a controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos à energia elétrica consumida pela própria empresa durante o exercício de 2006. A controlada COELCE apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. Em 10 de outubro de 2011 Coelce recebeu decisão que julgou o auto procedente. Coelce apresentou recurso e aguarda decisão de 2ª instância. O valor atualizado é de R\$2.428. ICMS - Diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Em 17 de junho de 2011, a controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos a supostas diferenças entre os valores contabilizados e os valores informados nas declarações fiscais. A controlada COELCE apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$1.818. **Ativo Contingente:** PIS/COFINS Majoração base de cálculo: A controlada COELCE impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo da COFINS, bem como a compensação dos valores recolhidos a maior com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. A controlada COELCE obteve decisão definitiva favorável e está apurando o montante do crédito a ser compensado. **Controlada Ampla Energia:** Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed

Rate Notes (FRN): No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Companhia auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a controlada Ampla Energia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$783.201 (R\$742.280 em 2010). COFINS - Auto de Infração período pós imunidade: A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A controlada Ampla Energia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A controlada Ampla Energia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a controlada Ampla Energia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela controlada Ampla Energia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a controlada Ampla Energia e em 05/05/2010, a controlada Ampla Energia foi notificada dessa decisão. Em 05/07/2010, a controlada Ampla Energia foi intimada para apresentar os valores que representam os ingressos financeiros e, em 26/07/2010, apresentou resposta à intimação. Aguarda-se julgamento do recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$172.681 (R\$164.826 em 2010). ICMS - Prazo de Recolhimento: Em 26 de setembro de 2005, a controlada Ampla Energia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A controlada Ampla Energia apresentou recurso. Em 26/08/2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Ampla o recurso administrativo apresentado. Em 01/09/2010 a Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno que aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$188.256 (R\$168.857 em 2010). ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado: A controlada Ampla Energia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro/1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999 e julho de 1997 a outubro de 1998, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. Para os três autos de infração a controlada Ampla Energia aguarda decisão de segunda instância administrativa. Os valores atualizados em 31 de dezembro de 2011 representam respectivamente R\$10.439, R\$1.605 e R\$20.336 (R\$9.466, R\$1.460 e R\$18.418 em 2010). Adicionalmente, a controlada Ampla Energia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a controlada Ampla Energia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$14.422 (R\$13.132 em 2010). Em 22/08/2011, proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito pela controlada Ampla Energia. Em 21/10/2011, a controlada Ampla Energia apresentou recurso de apelação. Aguarda-se julgamento. ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental: A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a controlada Ampla Energia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A controlada Ampla Energia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.636 (R\$13.266 em 2010). ICMS - Saída de bens para reparação: A controlada Ampla Energia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2011 de R\$10.652 e R\$11.550 (R\$9.694 e R\$10.494 em 2010), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. No primeiro processo: em 09/12/2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14/12/2010, a controlada Ampla Energia opôs embargos de declaração que foram julgados, em 12/05/2011, improcedentes. Em 30/05/2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 07/06/2011, foi publicada sentença que julgou improcedentes os embargos à execução. Em 13/06/2011, a controlada Ampla Energia opôs embargos de declaração, para os quais aguardam julgamento. ICMS - Cumprimento de decisão judicial: A Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro vem lavrando notas de lançamento com o objetivo de impedir a decadência do seu direito de constituir créditos de ICMS e ICMS-FECP referentes a valores que, por decisão judicial, a controlada Ampla Energia foi obrigada a deixar de incluir nas faturas dos clientes e consequentemente de recolher ao Estado. As decisões judiciais foram concedidas em processos em que litigam o Estado do Rio de Janeiro e determinados clientes da controlada Ampla Energia acerca da ilegalidade da incidência do ICMS sobre o valor da demanda contratada ou da alíquota de ICMS aplicável. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado envolvido nessas notas de lançamento é de R\$15.156 e a controlada Ampla Energia aguarda, na maioria dos casos, decisão de primeira instância administrativa. Taxa de uso de solo: A controlada Ampla Energia possui 8 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$69.918 (R\$61.888 em 2010). No processo referente ao ano de 2002, a controlada Ampla Energia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a controlada Ampla Energia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco execuções fiscais. Na execução fiscal proposta pelo município de Niterói já houve sentença em favor da controlada Ampla Energia e aguarda-se o julgamento de recurso de apelação apresentado pela Fazenda. As execuções fiscais dos outros municípios aguardam decisão de 1ª instância judicial. Imposto Sobre Serviços - ISS: Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a controlada Ampla Energia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$9.153 (R\$8.675 em 31 de dezembro de 2010), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A controlada Ampla Energia apresentou impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003. Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a controlada Ampla Energia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$1.422 (R\$1.289 em 2010), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010, a controlada Ampla Energia apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial. Taxa de Empacotamento: Em 01 de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empacotamento e exigência de licença municipal prévia para que a controlada Ampla Energia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$6.250 (R\$5.500 em 2010). Em maio de 2010, a Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial. A controlada Ampla Energia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$28.959 em 31 de dezembro de 2011. PIS/COFINS Majoração base de cálculo: A controlada Ampla Energia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração. O valor atualizado deste processo em 31 de dezembro de 2011 de R\$106.810 (R\$101.535 em 2010). A controlada Ampla Energia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que aguarda exame de admissibilidade. **Controlada CDSA:** Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa: A Receita Federal do Brasil autuou a controlada em função de compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A controlada recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social (CSSL) por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999). A controlada ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria. Em 11 de setembro de 2004, foi proferida decisão julgando improcedente o pedido. A controlada apresentou recurso e aguarda decisão. O valor atualizado do processo é de R\$15.631 (R\$14.905 mil em dezembro de 2010). A controlada, além do processo acima descrito, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R\$420 em 31 de dezembro de 2011. **Controlada CGTF:** II e IPI - Grupo Eletrogêneo: A controlada CGTF ajuizou duas ações judiciais (declaratória e declaratória incidental) em fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, para assegurar seu direito de classificar como "Grupo Eletrogêneo" as máquinas e os equipamentos importados, com vistas à construção da Usina Termelétrica, sendo esta composta por unidades turbogeradoras a gás e a vapor, incidindo assim o II e o IPI à alíquota de 0%. A controlada CGTF obteve a tutela antecipada, mediante apresentação de garantia ao Juízo por meio de depósito judicial, contabilizado, que corresponde ao montante atualizado de R\$75.101 (R\$70.912 em dezembro de 2010). Na ação principal, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à CGTF em 29 de setembro de 2008. Por consequência, a Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação e em maio de 2010 foi publicado acórdão que o julgou improcedente. Referido acórdão transitou em julgado em julho de 2010, tornando a decisão favorável a CGTF definitiva. Na ação incidental, a controlada CGTF foi intimada em setembro de 2004 de decisão de 1ª instância judicial que julgou o pedido da controlada CGTF procedente. Em face dessa decisão, a União Federal apresentou recurso de apelação, sendo que em setembro de 2009 foi proferida decisão de 2ª instância confirmando a decisão de 1ª instância favorável à CGTF. Em novembro de 2009 a Fazenda Nacional apresentou recurso (embargos de declaração) e em janeiro de 2010 foi publicada decisão que não aceitou o referido recurso. A Fazenda apresentou recurso especial, que foi inadmitido em decisão publicada em 22 de junho de 2011. Contra a referida decisão, a Fazenda apresentou recurso (agravo), que aguarda julgamento. PIS e COFINS: A controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A controlada Endesa Fortaleza - CGTF apresentou recurso (embargos de declaração) face à decisão do Conselho de Contribuintes e, atualmente, aguarda seu julgamento. O valor atualizado do auto de infração é de R\$62.340 (R\$58.179 em dezembro de 2009). CIDE: A controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil para a cobrança da CIDE supostamente devida nos pagamentos efetuados ao exterior no período de 2002 a 2005 para cumprimento de contratos de serviços técnicos e administrativos, no valor atualizado de R\$959. A CGTF apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância. **Controlada CIEN:** PIS/COFINS: A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, objeto de processos de

continuação



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

compensação realizados pela Controlada, nos valores atualizados de R\$944 e R\$5.771. Na primeira execução, a Controlada apresentou defesa (embargos à execução). A Fazenda Nacional cancelou de ofício um dos débitos cobrados, razão pela qual o valor da contingência foi reduzido. Em 03 de outubro de 2011, foi publicada sentença julgando improcedentes os embargos apresentados pela CIEN. Em 18 de outubro de 2011, a CIEN apresentou recurso de apelação, e aguarda decisão de segunda instância. Na segunda execução, a Controlada apresentou defesa (embargos à execução), e aguarda decisão de primeira instância judicial. Adicionalmente, a Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração sobre o mesmo assunto, no montante de R\$4.234, e a CIEN apresentou defesa (impugnação). Em 21 de junho de 2011 a CIEN foi intimada de decisão de primeira instância administrativa que acolheu os argumentos aduzidos na impugnação e anuiu o auto de infração. Considerando que referida decisão segue resolução do STF (“Súmula Vinculante STF nº 8), a mesma não foi submetida a recurso. IRPJ/CSLL: A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrigido pela SELIC. A Controlada CIEN aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto, e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, em 31 de março de 2011 a Controlada CIEN foi intimada de decisão de primeiro grau administrativo que considerou improcedente o recurso apresentado. Em 02 de maio de 2011, a CIEN apresentou recurso voluntário e aguarda decisão de segunda instância administrativa. O montante impugnado atualizado é de R\$7.844. ICMS - Diferencial de alíquota: Em janeiro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$14.696, para cobrar o diferencial de alíquota incidente, nos meses de fevereiro, março e abril de 2001, sobre mercadorias importadas pelo estabelecimento matriz da Controlada CIEN, localizado no Rio de Janeiro, e por ele transferidas para a filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à fabricação e montagem da estação conversora de energia elétrica no Município de Garruchos. Em junho de 2010 foi proferida decisão de 1º grau desfavorável à Controlada CIEN, na qual os Embargos foram julgados improcedentes. A Controlada CIEN apresentou recurso de Apelação, que em dezembro de 2010 foi julgado procedente. Em 17 de janeiro de 2011, a Fazenda apresentou recurso (embargos de declaração) que foi julgado improcedente. Em 15 de abril de 2011 a fazenda apresentou recurso especial. Em 30 de agosto de 2011 foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial apresentado. A Fazenda apresentou novo recurso (agravo) que aguarda julgamento. d) Outros processos: **Controlada Ampla Energia:** Pequenas Causas - Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa. **Controlada CIEN:** Tractebel: A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela Controlada CIEN, do “Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potência firme e energia associada proveniente da Argentina” firmado em 20 de outubro de 1999, entre a Controlada CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da Controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$117.000 (R\$ 148.282 em 2010), além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potência firme e energia associada”, cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da Controlada CIEN e fora de seu controle. A Controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. Aguardamos o início da fase de produção de provas. Furnas: Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela Controlada CIEN do “Contrato de Potência Firme com Energia Associada”, celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da Controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$520.000 (R\$ 589.899 em 2020) e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a Controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da Controlada CIEN e fora de seu controle. A Controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes e produção das provas cabíveis, aguarda-se o julgamento da ação.

28. Outras obrigações:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Arrecadação de terceiros	1.044	4.381
Adiantamento de clientes	2.226	4.319
Devolução prefeituras	4.388	5.968
Multas parceladas	3.507	8.443
Repasse	3.408	770
Repasse - prático	3.418	-
Reserva de reversão global	5.441	-
Pessoal	1.080	-
Fundo de pensão	1.086	-
Benefício PROVIN	3.041	-
Multa ANEEL	2.581	-
Taxa de fiscalização ANEEL	1.636	-
Provisão pesquisa e desenvolvimento	-	14.051
Obrigações estimadas	9.777	9.820
Serviços de terceiros	-	1.953
Swap	-	2.897
Outros	7.812	22.152
Total	50.445	75.893
Circulante	41.701	44.530
Não circulante	8.744	31.363

29. Patrimônio líquido a) Capital social. As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão representadas por 170.877.378 ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto. A

distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Empresa Nacional de Electricidade S.A.	60.299.607	35,29	60.299.607	35,29
Endesa Latinoamérica S.A.	47.354.669	27,71	47.354.669	27,71
Enersis S.A.	36.677.243	21,47	36.677.243	21,47
Chilectra S.A.	7.742.714	4,53	7.742.714	4,53
Chilectra Inversud S.A.	7.227.787	4,23	7.227.787	4,23
Edegel S.A.	6.957.053	4,07	6.957.053	4,07
Grupo Endesa	166.259.073	97,30	166.259.073	97,30
International Finance Corporation - IFC	-	-	4.618.298	2,70
Ações em Tesouraria	4.618.298	2,70	-	-
Conselheiros	7	-	7	-
Outros	4.618.305	2,70	4.618.305	2,70
Total	170.877.378	100,00	170.877.378	100,00

Em 27 de junho de 2006, a Endesa Brasil, em Reunião do Conselho de Administração, deliberou pelo aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 4.618.298 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em razão da subscrição realizada pela International Finance Corporation (IFC), cujo valor total equivalente aportado como aumento de capital foi de R\$111.025. Foi firmado um instrumento entre a Companhia e o IFC, que possui cláusulas de: • Opção de venda das ações adquiridas pelo IFC para a Companhia ou para os acionistas (sponsors); • Garantia do retorno do capital investido; • Datas-limite em 3 anos, contados de agosto de 2006, para a abertura de capital da Companhia em que o não cumprimento obriga a Endesa Brasil, por um prazo de cinco anos e prévia solicitação do IFC, a comprar as ações referentes ao capital investido, atualizado monetariamente conforme cálculo específico demonstrado no instrumento acordado entre as partes. Por conta do acordo firmado e das obrigações legais da Companhia com o IFC, o registro contábil desse aporte de capital foi efetuado inicialmente como um aumento de capital, creditando-se a conta de capital, e, em seguida, foi constituída uma conta redutora desta (ações resgatáveis no futuro), em contrapartida a uma obrigação no passivo, refletindo a obrigação da Companhia ao fim do prazo do acordo. Em 15 de outubro de 2010 a Endesa Brasil recebeu notificação que o IFC exerceria sua opção de venda de ações contra a Endesa Brasil e seus acionistas pelo valor de R\$184.065. O montante estava registrado no passivo circulante e foi pago pela Endesa Brasil em nome dos seus acionistas em 05/01/2011. b) Reserva legal. O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. c) Reforço de capital de giro. Conforme estabelecido no estatuto social, a Administração da Companhia destinou o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 598.797, para a formação de reserva estatutária denominada de reforço de capital de giro. Os limites da reserva estatutária seguem os limites previstos na Lei das Sociedades por Ações. d) Dividendos. Após a aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 28 de junho de 2011, foram pagos dividendos mínimos de R\$169.061 e dividendos adicionais de R\$507.183 referentes ao exercício de 2010. Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, realizado em 23 de novembro de 2011, foram destinados dividendos no montante de R\$163.258 como antecipação de distribuição do lucro do exercício de 2011 sob a forma de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em consonância com o Estatuto Social da Companhia, a Administração complementou com o valor de R\$36.341 o saldo dos dividendos mínimos obrigatórios, totalizando o montante de R\$199.599. Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	871.135	747.481
Reversão de dividendos prescritos	162	26
Absorção de Prejuízos	(63.917)	(70.384)
Perda em investimento de controlada	(1.676)	-
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	34.713	34.713
(-) Reserva Legal	(42.021)	(35.592)
Lucro líquido do exercício ajustado	798.396	676.244
Dividendos propostos	-	-
Dividendos Intermediários	163.258	-
Complemento ao mínimo obrigatório	36.341	169.061
Total de dividendos mínimos obrigatórios (25%)	199.599	169.061
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	-	507.183
Reserva de estatutária de capital de giro	598.797	-

e) Reserva de capital. Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital. f) Outros resultados abrangentes. f.1) Outros resultados abrangente - ganhos e perdas atuariais. Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados (“CPC 33”), o qual determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica devem ser reconhecidos em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo constituído pelo Grupo Endesa nesta rubrica era devedor de R\$205.740 (devedor de R\$156.857 em 31 de dezembro de 2010). f.2) Outros resultados abrangentes - ajuste acumulado de conversão. Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02(R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (“CPC 02”), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo constituído pelo Grupo Endesa nesta rubrica era credor de R\$118 (devedor de R\$259 em 31 de dezembro de 2010). 30. Compromissos. Os principais compromissos do Grupo relacionados a contrato de longo prazo, são como segue:

COELCE	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
Endesa Fortaleza-CGTF	até 2023	505.669	520.589	550.266	562.612	576.812	4.406.445	7.122.393
Proinfa	até 2025	35.078	35.555	36.039	36.529	37.026	356.749	536.976
Energy Works	até 2013	34	35	-	-	-	-	69
Eólica - Wobben	até 2018	3.669	3.821	3.993	4.172	4.371	9.314	29.340
1º LEE - Produto 2005	até 2012	180.343	187.044	194.526	202.307	210.976	929.865	1.905.061
1º LEE - Produto 2006	até 2013	163.500	169.576	176.359	183.413	191.272	1.075.099	1.959.219
1º LEE - Produto 2007	até 2014	37.363	38.752	40.302	41.914	43.710	300.838	502.879
2º LEE - Produto 2008	até 2015	38.012	39.425	41.002	42.642	44.469	364.421	569.971
4º LEE - Produto 2009	até 2016	6.199	6.430	6.687	7.252	69.356	102.878	-
1º LEN - Produto 2008	até 2037	61.760	64.055	66.617	69.282	72.251	732.698	1.066.663
1º LEN - Produto 2009	até 2038	31.157	32.315	33.608	34.952	36.450	371.142	539.624
1º LEN - Produto 2010	até 2039	96.830	100.428	104.445	108.623	113.277	2.718.826	3.242.429
2º LEN - Produto 2009	até 2038	39.587	41.058	42.700	44.408	46.311	1.216.257	1.430.321
3º LEN - Produto 2011	até 2040	58.412	60.583	63.006	65.526	68.334	1.792.342	2.108.203
5º LEE - Produto 2007	até 2014	1.277	1.324	1.377	1.432	1.494	10.280	17.184
4º LEN - Produto 2010	até 2024	13.568	14.072	14.635	15.220	15.873	151.797	225.165
5º LEN - Produto 2012	até 2041	101.072	104.828	109.021	113.381	118.240	2.598.085	3.144.627
Leilão Santo Antônio - Produto 2012	até 2041	117	10.901	28.866	45.023	48.648	2.102.716	2.236.271
Leilão Jirau - Produto 2013	até 2042	-	4.609	8.948	13.026	16.140	742.240	784.963
6º LEN - Produto 2011	até 2025	25.226	26.163	27.210	28.298	29.511	324.113	460.521
7º LEN - Produto 2013	até 2042	-	60.913	63.349	65.883	68.706	1.020.921	1.279.772
Leilão Belo Monte	até 2044	-	-	-	3.226	51.245	7.400.646	7.455.117
10º Leilão de Energia Nova	até 2045	-	-	-	17.856	18.622	965.750	1.002.228
11º LEN - Produto 2015	até 2044	-	-	-	35.054	36.556	1.895.873	1.967.483
12º LEN - Produto 2014	até 2043	-	-	89.294	103.326	107.754	3.007.249	3.307.623
Total		1.398.873	1.522.476	1.702.250	1.845.059	1.965.300	34.563.022	42.996.980

Ampla Energia	Ampla Energia	Vigência até	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
ITAIPU		2023	195.188	203.971	213.150	222.742	232.765	6.750.184	7.818.000
PROINFA		2030	52.189	54.538	56.992	59.557	62.237	3.734.647	4.020.160
ENERTRADE		2022	45.259	47.295	49.424	51.648	53.972	378.837	626.435
CCEAR 2005		2012	268.770	-	-	-	-	-	268.770
CCEAR 2006		2013	251.570	262.890	-	-	-	-	514.460
CCEAR 2007		2014	44.853	46.872	48.981	-	-	-	140.706
CCEAR 2007 - energia existente (A-1)		2014	6.097	6.372	6.658	-	-	-	19.127
CCEAR 2008 - energia existente		2015	76.168	79.595	83.177	86.920	-	-	325.860
CCEAR 2009 - energia existente		2016	42.191	44.089	46.073	48.146	50.313	-	230.812
CCEAR 2008 - energia nova		2022/2037	20.275	21.188	22.141	23.137	24.179	233.204	344.124
CCEAR 2009 - energia nova		2023/2038	22.148	23.144	24.186	25.274	26.412	271.999	393.163
CCEAR 2009 - energia nova (A-3)		2023/2038	33.677	35.193	36.776	38.431	40.161	1.105.404	1.289.642
CCEAR 2010 - energia nova		2024/2039	84.746	88.560	92.545	96.710	101.062	2.527.968	2.991.591
CCEAR 2011 - energia nova		2025/2040	45.293	47.331	49.461	51.687	54.013	1.452.214	1.699.999
CCEAR 2010 - energia nova (A-3)		2024	9.022	9.428	9.852	10.295	10.758	105.455	154.810
CCEAR 2012 - energia nova (A-5)		2026/2041	111.586	116.607	121.854	127.338	133.068	3.102.593	3.713.046
CCEAR 2011 - energia nova (A-3)		2025	31.191	32.595	34.062	35.595	37.196	419.880	590.519
CCEAR 2013 - energia nova (A-5)		2027/2042	-	422.618	441.636	461.510	482.278	7.429.416	9.237.458
CCEAR 2012 - energia nova (UHE Santo Antonio)		2041	128	11.970	31.850	49.915	54.193	2.523.812	2.671.868
CCEAR 2013 - energia nova (UHE Jirau)		2042	-	30.768	60.016	87.790	109.303	5.433.574	5.721.451
CCEAR 2016 - energia nova (A-5)		2035/2045	-	-	-	-	20.403	741.338	761.741
Total			1.340.351	1.585.024	1.428.834	1.476.695	1.492.313	36.210.525	43.533.742

continua



ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

A controlada Ampla Investimentos e a controlada Investiuz possuem saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$86.032, por serem Companhias *holding* cuja principal receita é equivalência patrimonial, as controladas não constituem o crédito fiscal diferido. As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social da controlada CDSA foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido, adotado por esta controlada CDSA, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%.

33. **Receita líquida:** A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Consolidado					
	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fornecimento faturado-						
Residencial	3.362.496	4.417.977	5.699.826	6.942.667	3.045.198	3.166.891
Residencial Baixa Renda	1.122.859	-	1.487.933	-	387.228	-
Industrial	10.682	10.637	2.651.145	2.800.331	915.505	947.147
Comércio, serviços e outras	311.052	304.057	3.605.389	3.510.205	1.788.224	1.719.591
Rural	457.745	385.780	1.057.623	1.121.510	246.023	248.800
Poder público	43.697	42.613	914.469	884.333	448.813	429.938
Iluminação pública	3.283	9.037	732.899	853.423	218.820	244.111
Serviços públicos	9.980	2.917	707.883	546.764	204.940	158.030
Consumo Próprio	-	331	-	21.517	-	7.715
Receita de ultrapassagem demanda e excedente de reativos	-	-	-	-	(12.934)	-
	5.321.794	5.173.349	16.857.167	16.680.750	7.241.817	6.922.223
(+) Estorno provisão refaturamento prefeituras	-	-	-	-	-	(841)
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(24.802)	11.422
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	-	-	7.217.015	6.932.804
Suprimento de energia elétrica	14	-	404.663	-	663.235	581.741
Baixa renda	-	-	-	-	266.106	379.363
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	13.125	-
Receita de uso da rede elétrica- consumidores livres-revenda	37	19	-	-	367.389	80.518
Receita de ultrapassagem demanda e exced de reativos - Clientes Livres	-	-	-	-	289	-
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	20.641	538.330
Receita de construção	-	-	-	-	619.135	823.962
Outras receitas	-	-	-	-	158.532	145.045
Receita operacional bruta	-	-	-	-	9.325.467	9.481.763
(-) Deduções da receita	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	(1.855.960)	(1.741.693)
PIS	-	-	-	-	(63.276)	(94.855)
COFINS	-	-	-	-	(295.519)	(440.807)
ISS	-	-	-	-	(3.141)	(3.300)
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(116.268)	(97.464)
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(333.426)	(297.775)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(42.607)	(67.941)
Encargo Ex-isolados	-	-	-	-	(8.249)	(8.046)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(27.749)	(27.342)
Total de deduções de receita	-	-	-	-	(2.746.195)	(2.779.223)
Total	5.321.845	5.173.368	17.261.830	16.680.750	6.579.272	6.702.540

34. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	Controladora		Consolidado		Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Total
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010				
Pessoal (inclusive previdência privada)	(15.757)	(14.579)	(178.434)	(4.145)	(138.998)	-	(321.577)	(293.551)
Material	(40)	(48)	(20.160)	(4.640)	(2.003)	-	(26.803)	(22.775)
Matéria prima e insumos para produção de energia	-	-	(120.512)	-	-	-	(120.512)	(133.411)
Serviços de terceiros	(9.862)	(7.759)	(411.179)	(9.600)	(70.031)	-	(490.810)	(486.243)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(2.065.576)	-	-	-	(2.065.576)	(1.958.597)
Encargos do uso do sistema de transmissão	-	-	(383.374)	-	-	-	(383.374)	(417.460)
Encargos dos serviços de sistema	-	-	(57.411)	-	-	-	(57.411)	(46.568)
Custos na desativação de bens	-	-	(8.494)	-	(280)	-	(8.774)	-
Depreciação e amortização	(1.165)	(1.057)	(443.053)	-	(9.788)	-	(452.841)	(541.121)
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	-	-	(15.959)	-	-	-	(15.959)	(15.737)
Perdas com desativação	-	-	(15.362)	-	-	-	(15.362)	(16.770)
PCLD clientes - líquidas	-	-	-	(41.136)	-	-	(41.136)	(164.796)
PCLD outros créditos - líquidas	-	-	-	1.513	(88.905)	-	(87.392)	115
Provisão para riscos fiscais, civil e trabalhistas	-	-	-	(21.653)	(6.509)	(28.162)	(21.541)	
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-	(8.866)	-	-	(4.594)	(13.460)	(14.331)
Custo de construção	-	-	(619.135)	-	-	(619.135)	(823.962)	
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	-	-	(29.518)	(29.518)	(32.253)
Resultado da equivalência patrimonial	833.775	714.746	-	-	-	-	-	-
Outros custos/despesas operacionais	447	(3.760)	(10.349)	3.912	(37.813)	(2.412)	(46.662)	(59.879)
Total	807.398	687.543	(4.357.864)	(54.096)	(369.471)	(43.033)	(4.824.464)	(5.048.879)

Segue abaixo a composição do saldo de energia elétrica comprada para revenda:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Centrais Elétricas S.A. - FURNAS	(144.050)	(130.358)
Itaipu Binacional	(207.432)	(197.581)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(42.276)	(38.737)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(81.665)	(94.076)
Light S.A.	(137.829)	(148.907)
Companhia Energética de São Paulo - CESP	(66.510)	(58.162)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	(46.564)	(41.856)

Descrição	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Copel Geração S.A. - COPEL	(40.251)	(34.298)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	(41.643)	(37.538)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(23.851)	(130.174)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(661.390)	(767.811)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas-PROINFA	(75.887)	(79.583)
Tractebel Energia S.A.	(33.426)	-
Contratos por disponibilidade(*)	(153.455)	(88.075)
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	(201.682)	-
Outros	(107.665)	(111.441)
Total	(2.065.576)	(1.958.597)

(*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário. Entre o ano de 2008 e 2009 houve um incremento na compra por disponibilidade e quantidade, em virtude da constituição de novos contratos do 4º leilão de energia existente, 1º e 2º leilões de energia nova produto 2009, com custos superiores aos já contratados. Os custos com cada leilão são diferentes e homologados pelo órgão regulador.

35. **Resultado financeiro:**

Descrição	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	42.637	28.302
Transações com partes relacionadas	42.930	42.624
Outras receitas financeiras	2.662	7.753
Total da receita financeira	88.229	78.679
Despesa financeira		
Transações com partes relacionadas	-	(914)
Encargos de dívidas	(1.613)	(2.317)
Outras despesas financeiras	(1.079)	(271)
Total da despesa financeira	(2.692)	(3.502)
Total	85.537	75.177

Descrição	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	121.429	120.050
Juros de debêntures	4.168	-
Multas e acréscimos moratórios	84.901	91.427
Variações monetárias diversas	18.823	3.126
Atualização monetária CELG	117.655	-
Receita financeira - Alíquo indenizável	23.728	33.075
Correção depósitos judiciais	2.583	-
Outras receitas financeiras	78.452	53.947
Total da receita financeira	451.739	301.625
Despesa financeira		
Variações monetárias	(48.339)	(20.188)
Encargos de dívidas	(165.955)	(188.713)
Atualização de impostos e multas	(19.570)	(27.870)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(75.702)	(60.245)
Encargo de fundo de pensão	(25.383)	(3.309)
Multas e acréscimos moratórios	(8.649)	(9.652)
Juros debêntures	(104.408)	(97.949)
Variações monetárias debêntures	(13.691)	-
Indenizações DIC / FIC	(28.169)	(24.572)
Custo de transação	(3.400)	(3.777)
Correção Prog. Efec. Energética e P & D	(1.011)	(9.173)
IOF e IOC	(9.375)	(5.601)
Comissão - Banco	(7.910)	(3.159)
Outras despesas financeiras	(63.786)	(91.251)
Total da despesa financeira	(575.348)	(545.460)
Variação cambial ativa	121.380	88.024
Variação cambial passiva	(140.284)	(97.906)
Total da variação cambial	(18.904)	(9.882)
Total	(142.513)	(253.717)

36. **Participação nos resultados:** A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação na no exercício de 2011 foi de R\$2.098 (R\$1.837 em 2010). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2011, foi de R\$25.780 (R\$20.550 em 2010). 37. **Transações que não afetaram o caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as Controladas Coelce, Ampla Energia, CIEN, CGTF e CDSA efetuaram a compra de ativos para a manutenção e expansão financiados diretamente por empréstimos ou fornecedores, que não afetou o saldo de caixa, no montante de R\$ 222 (R\$ 196.231 em 2010). 38. **Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$3.175.926, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$2.366.187 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$2.427.392. O Grupo também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$1.170.825 por sinistro ou agregado anual para o primeiro risco e no valor limite de R\$2.723.035 por sinistro ou agregado anual para o segundo risco. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, as controladas da Endesa Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros: As especificações por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Risco operacional	Controladas	Data de vigência	Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	AMPLA Energia	01/07/2011 a 30/06/2012	572.393	46.681
	CDSA	01/07/2011 a 30/06/2012	1.033.595	467.970
	CIEN	01/07/2011 a 30/06/2012	616.726	778.010
	CGTF	01/07/2011 a 30/06/2012	404.562	778.010
	COELCE	01/07/2011 a 30/06/2012	551.221	46.681

Responsabilidade civil	Sociedades	Data de vigência	Limite máximo de garantia por sinistro
	AMPLA Energia	01/07/2011 a 30/06/2012	234.165
	CDSA	01/07/2011 a 30/06/2012	544.607
	CIEN	01/07/2011 a 30/06/2012	234.165
	CGTF	01/07/2011 a 30/06/2012	234.165
	COELCE	01/07/2011 a 30/06/2012	234.165

39. **Lucro por ação:** Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro do exercício	871.135	747.481
Número de ações	170.877.378	170.877.378
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	5,0980	4,3744

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 170.877.378 (cento e setenta milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e oito) ações ordinárias. 40. **Informação por segmento:** A Endesa Brasil definiu os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração Central e Outros. Este agrupamento tem como base a natureza das operações de cada empresa do Grupo Endesa, as diferenças existentes entre os produtos e serviços disponibilizados por cada empresa e o arcabouço regulatório envolvido nas atividades das concessionárias existentes no Grupo. As principais operações do Grupo são relacionadas à exploração de serviços públicos relacionados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O Grupo Endesa atua, ainda, no segmento de comercialização de energia elétrica e explora a prestação de serviços não diretamente relacionados à exploração de concessões públicas de energia. A Endesa Brasil analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

Acesse:
www.io.rj.gov.br

ENDESA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

ATIVO		Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Saldo combinado 31/12/2011	Eliminações	Saldo consolidado 31/12/2011
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		246.964	355.178	3.469	7.989	110.172	723.772	-	723.772
Consumidores, concessionários e permissionários		1.144.847	140.736	-	-	-	1.285.583	-	1.285.583
Tributos a compensar		151.322	25.033	16.820	521	24.495	218.191	-	218.191
Dividendos a Receber		-	-	-	-	99.890	99.890	(99.890)	-
Cauções e depósitos		53.746	-	-	-	-	53.746	-	53.746
Outros ativos circulantes		148.852	199.388	36.321	421	27.715	412.697	(70.499)	342.198
Total do ativo circulante		1.745.731	720.335	56.610	8.931	262.272	2.793.879	(170.389)	2.623.490
Não circulante									
Consumidores, concessionários e permissionários		100.336	-	196.384	-	-	296.720	-	296.720
Depósitos vinculados a litígios		191.722	95.137	6.267	-	31	293.157	-	293.157
Tributos a compensar		119.406	12.397	27.974	-	21.221	180.998	-	180.998
Cauções e depósitos		71.042	22.151	-	-	-	93.193	-	93.193
Tributos e contribuição social diferidos		483.107	15.171	187.873	-	-	686.151	-	686.151
Ativo indenizável (concessão)		765.516	-	-	-	-	765.516	-	765.516
Imobilizado		77.549	1.291.869	764.296	254	5.517	2.139.485	-	2.139.485
Intangível		4.427.860	2.104	1.497	395	276.738	4.708.594	-	4.708.594
Outros ativos não circulantes		29.208	60.375	(83.444)	7	5.436.341	5.442.487	(5.435.936)	6.551
Total do ativo não circulante		6.265.746	1.499.204	1.100.847	656	5.739.848	14.606.301	(5.435.936)	9.170.365
Total do ativo		8.011.477	2.219.539	1.157.457	9.587	6.002.120	17.400.180	(5.606.325)	11.793.855
PASSIVO									
Passivo circulante									
Fornecedores		497.756	91.938	9.878	2.592	12.427	614.591	-	614.591
Empréstimos e financiamentos		415.019	22.787	200.191	-	-	637.997	-	637.997
Debêntures		388.529	-	-	-	-	388.529	-	388.529
Tributos e contribuições sociais		176.569	94.078	68.915	1.221	9.115	349.898	-	349.898
Parcelamento especial – Lei nº 10.684/2003		7.215	2.878	21.856	-	-	31.949	-	31.949
Dividendos a pagar		117.118	2.192	26.762	808	46.576	193.447	(99.890)	93.557
Outras passivos circulantes		354.767	40.891	190.908	543	192.986	780.095	(431.889)	348.206
Total do passivo circulante		1.956.973	254.764	518.510	5.164	261.095	2.996.506	(531.779)	2.464.727
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos		730.249	132.023	-	-	-	862.272	-	862.272
Debêntures		973.221	-	-	-	-	973.221	-	973.221
Obrigações com benefícios pós-emprego		553.176	-	-	-	-	553.176	-	553.176
Tributos e contribuição social diferidos		82.549	83.095	3.594	-	-	169.238	-	169.238
Outras passivos não circulantes		608.551	21.208	174.622	-	36.408	840.789	(7.122)	833.667
Total do passivo não circulante		2.947.746	236.326	178.216	-	36.408	3.398.696	(7.122)	3.391.574
Participação não controladores		-	-	-	-	-	-	1.597.144	1.597.144
Patrimônio líquido		3.106.758	1.728.449	460.731	4.423	5.704.617	11.004.978	(6.664.568)	4.340.410
Total do passivo e patrimônio líquido		8.011.477	2.219.539	1.157.457	9.587	6.002.120	17.400.180	(5.606.325)	11.793.855
Saldo consolidado 31/12/2011									
ATIVO									
		Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Saldo combinado	Eliminações	Saldo consolidado 31/12/2010
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		90.339	88.260	-	45.400	284.164	508.163	-	508.163
Consumidores, concessionários e permissionários		1.108.628	193.347	-	-	-	1.301.975	90.123	1.392.098
Tributos a compensar		105.181	26.954	-	6.469	24.427	163.031	-	163.031
Dividendos a Receber		-	-	-	-	129.656	129.656	(129.656)	-
Cauções e depósitos		40.666	-	-	-	-	40.666	-	40.666
Outros ativos circulantes		75.944	265.157	-	83.250	377.340	801.691	(203.740)	597.951
Total do ativo circulante		1.420.758	573.718	-	135.119	815.587	2.945.182	(243.273)	2.701.909
Não Circulante									
Consumidores, concessionários e permissionários		103.972	-	-	-	-	103.972	211.808	315.780
Depósitos vinculados a litígios		181.021	89.909	-	7.892	31	278.853	-	278.853
Tributos a compensar		142.056	12.397	-	25.622	22.898	202.973	-	202.973
Cauções e depósitos		64.468	19.375	-	-	-	83.843	-	83.843
Tributos e contribuição social diferidos		479.432	20.290	-	168.035	-	667.757	-	667.757
Ativo indenizável (concessão)		527.794	-	-	-	-	527.794	-	527.794
Imobilizado		76.458	1.349.726	-	808.774	6.323	2.241.281	-	2.241.281
Intangível		4.340.930	2.597	-	1.553	304.152	4.649.232	-	4.649.232
Outros ativos não circulantes		52.650	2.710	-	171.566	5.044.333	5.271.259	(5.243.906)	27.353
Total do ativo não circulante		5.968.781	1.497.004	-	1.183.442	5.377.737	14.026.964	(5.032.098)	8.994.866
Total do Ativo		7.389.539	2.070.722	-	1.318.561	6.193.324	16.972.146	(5.275.371)	11.696.775
Saldo consolidado 31/12/2011									
PASSIVO									
		Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Saldo consolidado	Eliminações	Saldo consolidado 31/12/2011
Passivo circulante									
Fornecedores		521.289	66.668	-	37.052	13.859	638.868	-	638.868
Empréstimos e financiamentos		409.456	28.039	-	200.562	-	638.057	-	638.057
Debêntures		302.110	-	-	-	-	302.110	-	302.110
Tributos e contribuições sociais		189.330	48.122	-	169	11.002	248.623	-	248.623
Parcelamento especial - Lei nº 10.684/2003		6.988	2.958	-	52.640	-	62.586	-	62.586
Dividendos a pagar		121.750	2.780	-	10.877	224.155	359.562	(129.656)	229.906
Outras passivos circulantes		422.505	35.736	-	211.472	403.432	1.073.145	(297.958)	775.187
Total do passivo circulante		1.973.428	184.303	-	512.772	652.448	3.322.951	(427.614)	2.895.337
Não Circulante									
Empréstimos e financiamentos		773.204	134.511	-	200.000	-	1.107.715	-	1.107.715
Debêntures		606.091	-	-	-	-	606.091	-	606.091
Obrigações com benefícios pós-emprego		392.097	-	-	-	-	392.097	-	392.097
Tributos e contribuição social diferidos		50.455	93.136	-	10.410	-	154.001	-	154.001
Outras passivos não circulantes		653.981	30.742	-	185.864	14.003	884.590	(90.658)	793.932
Total do passivo não circulante		2.475.828	258.389	-	396.274	14.003	3.144.494	(90.658)	3.053.836
Participação não controladores		-	-	-	-	-	-	1.504.796	1.504.796
Patrimônio Líquido		2.940.283	1.628.030	-	409.515	5.526.873	10.504.701	(6.261.895)	4.242.806
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.389.539	2.070.722	-	1.318.561	6.193.324	16.972.146	(5.275.371)	11.696.775
Saldo consolidado 31/12/2011									
Administração Central e outros									
		Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Eliminações e ajustes	Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita líquida		5.939.583	6.004.481	831.856	860.991	19.428	316.615	(489.497)	6.579.272
Custo do serviço		(4.445.826)	(4.480.204)	(384.076)	(410.346)	-	(120.205)	489.497	6.702.540
Lucro bruto		1.493.757	1.524.277	447.780	450.645	19.428	196.410	-	(4.357.864)
Despesas com vendas		(68.388)	(192.232)	14.293	(4.347)	-	-	-	(4.531.208)
Despesas gerais e administrativas		(210.267)	(188.476)	(15.276)	(15.015)	(14.179)	(21.129)	373	2.221.408
Outras receitas (despesas) operacionais		(13.514)	(19.097)	-	-	-	(57.058)	(54.095)	2.171.332
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		1.201.588	1.124.472	446.797	431.283	5.249	(60.017)	(282.565)	1.966.206
Receita Financeira		178.389	221.381	184.316	46.704	603	(57.058)	(1.061.023)	(196.206)
Despesa Financeira		(443.892)	(438.553)	(34.582)	(24.031)	(38)	(40.392)	(90.658)	1.504.796
Variações cambiais líquidas		-	-	(7.244)	(5.701)	-	(8.163)	3.982	4.242.806
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		936.085	907.300	589.287	448.255	5.814	1.031.808	(1.061.023)	1.612.295
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		(227.364)	(255.636)	(95.503)	(56.747)	(2.490)	(1.176.636)	-	1.399.944
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(93.516)	(41.827)	4.183	4.178	-	-	-	(412.424)
Benefício fiscal – ágio incorporado		(11.474)	(12.537)	-	-	-	-	-	(370.596)
Incentivo Fiscal		77.803	90.695	-	-	-	-	-	(62.679)
Lucro líquido do exercício por segmento		681.534	687.995	497.967	395.686	3.324	1.016.569	(1.176.636)	(22.073)
Atribuível aos acionistas controladores		-	-	-	-	-	-	-	(11.474)
Participações do Grupo Endesa ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(12.537)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	77.803
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	90.695
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Mario Fernando de Melo Santos; Ignacio Antofanizas Alvear; Masimo Tambosco; Antônio Basílio Pires e Albuquerque; Ramiro Diego Alfonsín Baiza; Cristián Eduardo Fierro Montes; Joaquín Galindo Vélez. DIRETORIA - EXECUTIVA: Marcelo Andrés Liévenes Rebolledo; Antonio Basílio Pires de Carvalho e Albuquerque; David Augusto de Abreu; José Alves de Mello Franco; Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira; André Moragas da Costa; Livia de Sá Baião; Carlos Ewandro Naegele Moreira.									
OUTRAS INFORMAÇÕES: Endesa Brasil S.A., Praça Leoni Ramos, 1 – São Domingos - CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil - Tel.: 55 21 2613-7000 - www.endesabrasil.com.br - CNPJ: nº 07.523.555/0001-67 -									
Relações com Investidores - Isabel Regina Barroso de Alcântara.									
Contador - Claudio Roberto de Azevedo Ferreira – CRC RJ 078103/O-1									

continua

Aos Administradores e Acionista da **Endesa Brasil S.A.** Nilnerói – RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Endesa Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Endesa Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 27 de abril de 2011, que não conteve qualquer modificação. Rio de Janeiro, 27 de março de 2012. ERNST & YOUNG TERÇO – Auditores Independentes S.S. – CRC - 2SP 015.199/0-6 - F - RJ. Márcio F. Ostwald – Contador CRC – 1RJ 086.202/0-4.

Id: 1296311

CNPJ 29.259.736/0001-60

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetendo a apreciação de V.sas. senhoras e senhores o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2011. A Diretoria				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2011 E 2010 (Em milhares de reais)			
BALANÇO PATRIMONIAL 31/12/2011 E 2010 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2011 E 2010 (Em milhares de reais)			
	Nota	2011	2010		Nota	2011	2010
Ativo				Receita bruta			
Ativo circulante		134.181	60.541	Deduções da receita			
Caixa e equivalentes de caixa		82.616	8.646	Cancelamentos e abatimentos		(21.724)	-
Contas a receber		40.879	44.806	Impostos incidentes sobre receitas		(14.774)	(10.976)
Estoques		7.254	4.233	Receita líquida		229.137	205.187
Impostos a recuperar		2.030	1.500	Custos e despesas operacionais			
Outros		1.402	1.356	Pessoal		(95.768)	(75.574)
Ativo não-circulante		96.153	101.775	Materiais e medicamentos		(53.109)	(45.159)
Realizável a longo prazo				Serviços de terceiros		(24.583)	(28.785)
Partes relacionadas		32.093	37.929	Depreciação e amortização		(9.921)	(9.655)
Depósitos judiciais		2.889	2.519	Outros custos e despesas operacionais		(9.777)	(15.360)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.526	-	Total dos custos e despesas operacionais		(193.158)	(174.533)
Outros		-	1.587	Lucro antes do resultado financeiro e imposto			
Investimentos		-	12	de renda e contribuição social		35.979	30.654
Imobilizado		48.227	51.246	Resultado financeiro, líquido		(7.880)	(6.846)
Intangível		8.418	8.482	Lucro antes do imposto de renda e contribuição			
Total do ativo		230.334	162.316	social		28.099	23.808
	Nota	2011	2010	Imposto de renda e contribuição social		(6.510)	(8.127)
Passivo				Lucro líquido do exercício		21.589	15.681
Passivo circulante		37.817	72.482	As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras.			
Fornecedores		6.939	9.997	Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) <u>Reconhecimento da receita e custos</u> : As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços hospitalares, de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) <u>Estoques</u> : Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. c) <u>Imobilizado</u> : O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais, que levam em consideração as vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentaram a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências			
Empréstimos e financiamentos		1.230	12.849				
Arrendamentos a pagar		848	1.802				
Salários e encargos sociais		10.969	9.386				
Obrigações fiscais		2.404	1.781				
Tributos parcelados		1.259	2.294				
Dividendos e juros sobre capital próprio		4.671	24.617				
Outros		9.497	9.756				
Passivo não-circulante		143.508	57.737				
Empréstimos e financiamentos		-	9.431				
Arrendamentos a pagar		-	862				
Partes relacionadas		31.151	34.340				
Tributos parcelados		10.110	10.753				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.709	516				
Debêntures		99.263	-				
Provisão para contingências		746	567				
Outros		529	1.268				
Patrimônio líquido		49.009	32.097				
Capital social		18.990	18.990				
Reserva de capital		13.107	13.107				
Lucros acumulados		16.912	-				
Total do passivo e patrimônio líquido		230.334	162.316				
As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras.							
Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da Medise são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no							

Id: 1296364

CNPJ 10.338.618/0001-10

RELATÓRIO DA DIRETORIA			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010		
SRS. ACIONISTAS: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da SONODA PARTICIPAÇÕES S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Niterói, 19 de março de 2012. A DIRETORIA.					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010		
ATIVO	2011	2010		2011	2010
CIRCULANTE			Receitas das operações - aluguel	100.000,00	-
Caixa e Bancos	75.762,60	23.855,03	(-) Impostos sobre as receitas	(3.650,00)	-
Adiantamentos	1.741,84	-	Receitas líquidas das operações	96.350,00	-
	77.504,44	23.855,03	Despesas Operacionais		
NÃO CIRCULANTE			Despesas administrativas	(33.434,83)	(10.396,61)
Imobilizado:			Despesas tributárias	(437,35)	(732,00)
Terreno	1.400.000,00	1.400.000,00	Despesas financeiras	(636,86)	(1.044,30)
Prédio	1.263.874,76	1.212.918,18	Despesas Operacionais	(34.509,04)	(12.172,91)
	2.663.874,76	2.612.918,18	Lucro (Prejuízo) Antes do I.R. e C.S.	61.840,96	(12.172,91)
TOTAL DO ATIVO	2.741.379,20	2.636.773,21	I.R. e contribuição social	(7.680,00)	-
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	2011	2010	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	54.160,96	(12.172,91)
Fornecedores	1.223,00	-	Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação	0,04	(0,01)
Impostos e encargos a recolher	4.279,53	58,50			
Dividendos propostos	30.756,89	-			
	36.259,42	58,50			
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Mútuos de Acionistas	1.302.701,00	1.257.700,00			
	1.302.701,00	1.257.700,00			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.400.800,00	1.400.800,00			
Reserva de lucro-Reserva legal	1.618,78	-			
Prejuízos acumulados	-	(21.785,29)			
	1.402.418,78	1.379.014,71			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.741.379,20	2.636.773,21			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2011 E 31/12/2010			
	Capital Social	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados
Saldos em 31-12-2009 - reais	1.400.800,00	-	(9.612,38)
Prejuízo do exercício de 2010	-	-	(12.172,91)
Saldos em 31-12-2010 - reais	1.400.800,00	-	(21.785,29)
Lucro do exercício de 2011	-	-	54.180,96
Transferência para reserva	-	1.618,78	(1.618,78)
Dividendos propostos	-	-	(30.756,89)
Saldos em 31-12-2011 - reais	1.400.800,00	1.618,78	-

NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010		
Nota 01: A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o objetivo de efetuar a incorporação imobiliária de prédios e edificações, bem como de promover a locação de imóveis próprios. Nota 02: Os bens que compõe o imobilizado estão relacionados ao prédio destinado à locação a partir de sua conclusão, ocorrida em 2011. Nota 03: O capital de R\$ 1.400.800,00 está totalmente subscrito e integralizado, estando composto por 1.400.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e todas com direito a voto.		

Diretoria: Naum Roberto Ryfer; Eduardo Ryfer; Nina Ester Palatnik Ryfer.
Dore Luiz Rodrigues de Almeida - Contador - CRC/RJ-078322/O-8

Id: 1296391